



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

21

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 221/2026- COMPRASGOV N.º 90221/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0007.013278.00020/2026-22
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	26/06/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	16/06/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Mario Jorge Moraes de Oliveira
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Registro de Preços para aquisição de bens permanentes de informática, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos no edital e seus anexos, para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, da Fundação Aldeia de Comunicação e das unidades do Sistema Público de Comunicação do Estado do Acre, localizadas em Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Brasília, Feijó e Xapuri.**

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio

eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta-feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2.6. **Para os todos os itens, com exceção dos itens nº 1, 8, 13, 16, 17 e 39 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**
- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no

instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.
- 7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023](#).
- 8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras

estabelecidas no Edital.

- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela

que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.21.2. empresas brasileiras;

9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.

9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.

9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail:

selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, ao técnico ou equipe técnica da SECOM, responsáveis por analisar e expedir o competente parecer técnico sobre os bens permanentes de informática ofertados, o técnico ou equipe técnica deverá sugerir a desclassificação da licitante que não atender a especificação do edital.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no item 14.3 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

- 11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.
- 11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I, Anexo II e Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Kauã Borges Cunha
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KAUÃ BORGES CUNHA**, Cargo **Comissionado**, em 12/06/2026, às 07:46, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021301820** e o código CRC **DD3F35C6**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18/2026/SECOM - DICONLI

Processo nº 0007.013278.00020/2026-22

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de bens permanentes de informática, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos no edital e seus anexos, para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, da Fundação Aldeia de Comunicação e das unidades do Sistema Público de Comunicação do Estado do Acre, localizadas em Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Brasiléia, Feijó e Xapuri.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.363/2023, Decreto Estadual nº 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis.

3. MODALIDADE

3.1. Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço do tipo

4. CRITERIO DE JULGAMENTO

4.1. Menor preço por item.

5. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1. Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM

5.2. Endereço: Rua Doutor Franco Ribeiro, 51, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-082

5.3. Representante da Contratante: Nayara Maria Pessoa Lessa, Secretária de Estado de Comunicação - SECOM.

6. DA NATUREZA DO OBJETO

6.1. Os bens/serviços objeto desta contratação são **caracterizados como comuns**, com características e especificações usuais de mercado, conforme XXXVIII, Art. 2º do Decreto Estadual Nº 11.363/2023.

6.2. O objeto está em consonância ao Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário) *“Bem ou serviço comum é aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de serviço comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.”*

6.3. O jurista Margal Justen filho apresenta o entendimento que *“bem ou serviços comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública” (in Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 5ª Ed, São Paulo: Dialética, 2009, p. 37)”*

6.4. No que diz respeito a padronização e metodologia referente aquisição de bens permanentes de informática, reiteramos que os bens/serviços de atuação, devido à padronização existente no mercado, atendem a métodos e técnicas conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

6.5. Por fim, o objeto não se enquadra como sendo bem de luxo.

7. JUSTIFICATIVA

7.1. Problema identificado

7.1.1. Foi constatada defasagem tecnológica dos equipamentos atualmente utilizados, somada à insuficiência do parque de TIC para atender às demandas crescentes das diversas diretorias e departamentos da SECOM e da Fundação Aldeia de Comunicação. Essa realidade se traduz em gargalos de processamento, armazenamento e conectividade, além de baixa resiliência energética.

7.2. Consequências da não contratação

7.2.1. A manutenção do cenário atual impacta diretamente a produtividade e a eficiência dos serviços prestados, gerando:

a) atrasos recorrentes e interrupções nas rotinas de trabalho;

- b) impossibilidade de execução de atividades que exigem recursos tecnológicos adequados (edição de áudio/vídeo, ingest e tratamento de conteúdo, transmissão, backup e recuperação);
- c) maior risco operacional e de perda de dados, sobretudo pela ausência de proteção energética e de armazenamento dimensionado.

7.3. Objetivo da contratação

7.3.1. Modernizar e ampliar a infraestrutura tecnológica, padronizando plataformas e garantindo recursos mínimos de desempenho, segurança e continuidade para as atividades administrativas, de produção, edição e transmissão institucional.

7.4. Benefícios esperados

- a) Agilidade e eficiência nos processos de trabalho, com redução do tempo de resposta às demandas internas e externas.
- b) Aumento de produtividade das equipes, com diminuição de retrabalho e de paradas por falha.
- c) Maior segurança da informação, com soluções de energia ininterrupta e capacidade adequada de armazenamento/backup.
- d) Melhoria na qualidade dos serviços prestados ao cidadão, com condições técnicas apropriadas para as atividades de comunicação do Estado.
- e) Padronização e governança do parque, facilitando suporte, manutenção e controle de ativos, com ganhos de economicidade no ciclo de vida.

7.5. Aquisição (macro-itens)

7.5.1. Macro-itens de aquisição e Justificativa Técnica de Padronização: Para os itens listados abaixo, a Administração justifica a necessidade de aquisição de componentes de marcas específicas (Dell e Lenovo), visando a compatibilidade técnica e a integridade dos equipamentos já existentes:

7.5.2. **Item 05: Fonte de Alimentação para Computador (Dell 3710)**

7.5.2.1. A necessidade de aquisição da fonte específica para o modelo Dell 3710 (Modelo: 3CMJ0V3) decorre de características proprietárias de hardware. Este computador possui um gabinete de formato reduzido (Small Form Factor), o que exige uma unidade de distribuição de energia (PSU) com dimensões físicas e conectores internos customizados pela fabricante, incompatíveis com fontes de padrão ATX genéricas.

O uso de componentes originais da mesma marca do parque tecnológico atual visa assegurar a integridade física do equipamento e evitar falhas por oscilações de tensão ou encaixes inadequados.

7.5.3. **Item 06: Fonte de Alimentação para Computador (Lenovo M70q)**

7.5.3.1. A fonte de alimentação para o modelo Lenovo M70q (Modelo: ADP-65ME B) é um adaptador externo essencial para o funcionamento do equipamento. A escolha por este modelo específico justifica-se pela necessidade de correspondência exata da pinagem e dos parâmetros de saída (20.0V - 3.25A).

O equipamento Lenovo M70q utiliza um conector de alimentação proprietário (padrão retangular/slim tip). Fontes universais podem apresentar variações na entrega de corrente que comprometem a vida útil da placa-mãe.

A manutenção da marca original garante que o gerenciamento de energia do firmware (BIOS) reconheça o adaptador, evitando mensagens de erro ou limitação de performance do processador durante o uso.

7.5.4. A contratação contempla itens essenciais e coerentes com as necessidades específicas das diretorias e departamentos, incluindo, em linhas gerais:

- a) Estações de trabalho e mobilidade: computadores completos (com periféricos), notebooks e monitores (inclusive 27" para edição de vídeo);
- b) Desempenho e armazenamento: SSDs SATA/NVMe, HDs externos e HDs para NAS/servidores;
- c) Energia e continuidade: nobreaks (3 kVA em torre e rack, e 1.200 VA), baterias VRLA e fontes de alimentação;
- d) Rede e conectividade: switches gerenciáveis e gigabit, roteadores Wi-Fi 6, kits mesh, repetidores/AP, cabeamento estruturado (cabos, plugs) e rotulador com suprimentos;
- e) Periféricos e audiovisual de apoio: webcams 4K, fones circumaurais profissionais, controladora PTZ, cabos HDMI por fibra e power banks;
- f) Acessórios específicos de captação: baterias e carregadores compatíveis com drone e anéis adaptadores de lentes.

7.6. As especificações adotam padrões abertos e interoperáveis, compatíveis com os sistemas operacionais e aplicativos institucionais, sem indicação de marcas, limitando-se a requisitos funcionais e de qualidade. O dimensionamento considera a distribuição entre Sede e rádios, a substituição de equipamentos obsoletos e a necessidade de redundância mínima que assegure continuidade dos serviços.

7.7. Assim conclui-se que a presente contratação é imprescindível para reverter a defasagem tecnológica identificada

e viabilizar um ambiente moderno, estável e seguro, capaz de sustentar o crescimento da demanda e de elevar o padrão de prestação dos serviços de comunicação do Estado, em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e continuidade.

8. JUSTIFICATIVA PARA O USO DO SRP

8.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP para a futura e eventual aquisição de bens permanentes de informática mostra-se adequada à natureza da demanda administrativa, às características operacionais da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, da Fundação Aldeia de Comunicação e das unidades integrantes do Sistema Público de Comunicação do Estado do Acre, localizadas em Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Brasília, Feijó e Xapuri.

8.2. A solução por registro de preços justifica-se, inicialmente, pela impossibilidade de definição exata, no momento do planejamento, do cronograma integral de aquisição, distribuição e substituição dos equipamentos, embora já haja previsão dos itens padronizados e dos quantitativos estimados. Trata-se de demanda administrativa que, embora previsível em termos de necessidade institucional, possui execução parcelada, condicionada à disponibilidade logística, ao desgaste do parque tecnológico existente, à priorização interna das unidades atendidas e à efetiva necessidade de reposição ou ampliação dos equipamentos ao longo da vigência da ata.

8.3. Além disso, a aquisição imediata e integral de todos os bens estimados não se revela a medida mais eficiente, considerando que a Administração não dispõe de estrutura física adequada para armazenamento centralizado em grande escala, sobretudo em razão da posterior distribuição a diversas unidades descentralizadas no interior do Estado. Nesse contexto, o SRP permite que os fornecimentos ocorram de forma parcelada, conforme a necessidade administrativa, reduzindo custos de armazenagem, riscos de deterioração, obsolescência tecnológica e imobilização desnecessária de recursos públicos.

8.4. A utilização do SRP também se mostra conveniente em razão da frequência de demandas por equipamentos de informática, especialmente para reposição de bens inservíveis, atualização tecnológica, aparelhamento de novas frentes operacionais e manutenção das atividades administrativas, técnicas e de comunicação institucional. Por se tratar de bens de tecnologia sujeitos a desgaste, defasagem e necessidade recorrente de renovação, a sistemática do registro de preços assegura maior racionalidade ao planejamento das contratações.

8.5. Sob o aspecto da eficiência administrativa, o SRP possibilita que a Administração promova uma única licitação para formação de ata, viabilizando contratações posteriores por meio de instrumentos próprios, de acordo com a real necessidade de cada unidade participante, com consequente redução do número de certames, padronização das especificações técnicas, ganho de escala, simplificação procedimental e maior celeridade na reposição dos equipamentos.

8.6. A modelagem também favorece a uniformização tecnológica do parque computacional, aspecto particularmente relevante para órgãos que operam de forma integrada e distribuída territorialmente. A padronização de equipamentos e especificações contribui para facilitar a instalação, manutenção, suporte técnico, compatibilidade de sistemas, gestão de ativos e treinamento de usuários, reduzindo custos indiretos e riscos operacionais.

8.7. Importa registrar, ainda, que a realização da licitação pelo Sistema de Registro de Preços não impõe contratação imediata ou integral dos quantitativos registrados, constituindo mera expectativa de contratação, a ser concretizada conforme conveniência e necessidade da Administração. Do mesmo modo, embora a licitação para registro de preços possa ser processada sem a exigência de reserva orçamentária correspondente à totalidade estimada, cada contratação decorrente da ata dependerá da existência de dotação orçamentária suficiente no momento da emissão da nota de empenho, em observância à legislação financeira e orçamentária aplicável, prevendo-se o suporte financeiro inicial oriundo da Relação de Emenda(s) RP6, modalidade Transferência Especial - OGU/LOA 2024 (Emendas no 43940001 e no 44940005), conforme os repasses federais pactuados junto à SEPLAN para o fortalecimento e Reaparelhamento tecnológico das unidades e rádios difusoras integrantes da SECOM.

8.8. Dessa forma, a adoção do SRP revela-se a solução mais adequada sob os prismas da eficiência, economicidade, planejamento, padronização e racionalização das contratações públicas, especialmente diante da natureza parcelada da demanda, da descentralização das unidades atendidas e da necessidade de aquisições futuras e sucessivas de equipamentos de informática.

8.9. A presente justificativa encontra amparo nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 6º, XLV e XLVI, 40, 78, IV, e 82, que disciplinam o Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar apto a viabilizar contratações futuras e eventuais, inclusive quando a solução administrativa exigir fornecimento parcelado, padronização e racionalização das aquisições.

9. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

9.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.comprasnet.gov.br.

9.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

9.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SECOM responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.2. Não poderão participar deste Pregão

9.2.1. Consórcios ou grupo de empresas, cooperativas e/ou associações na licitação.

9.2.1.1. Importante registrar que a admissão de consórcios em licitações se constitui pela possibilidade prevista no artigo

15, da Lei nº 14.133/21. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.

9.2.1.2. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremaneira a competitividade do certame.

9.2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

9.2.5. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

9.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

9.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

9.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão, ou incorporação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado e comprove possuir capacidade econômico-financeira para honrar o contrato (RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.299 - CE (2019/0201966-6))

10. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD REGISTRO	QTD DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
	COMPUTADOR COMPLETO COM MOUSE E TECLADO (ADM)Processador: a) Configuração mínima do processador: N° de núcleos de CPU: 6, N° de threads: 12, Clock Max Boost: Até 4.4GHz, Clock básico: 3,5 GHz, Cachê L1 total: 384 KB, Cachê L2 total: 3 MB, Cachê L3 total: 32 MB, T PLACA MÃE- INTERFACES e SLOTS: b) 2 (quatro) slots para memória DDR4; c) Pelo menos 2 (oito) portas USB 2.0 , sendo no mínimo 2 (quatro) interfaces USB 3.1 ou superior. As portas USB deverão ser conectadas diretamente na placa mãe sendo vedado o uso de adaptadores PCI e/ou hubs; d) 1 (uma) porta de vídeo VGA integrada ou HDMI, DisplayPort e DVI-D; e) possuir no mínimo 1 (um) slot PCI Express 2.0 ou superior e 1 (um) slot PCI Express x16, deve suportar memória dual Channel; f) 1 (um) RJ-45 10/100/1000 Mbps; g) 1 (um) áudio: lineout /line- in e Mic-in e o áudio HD com 5.1 canais. h) O chipset da placa mãe deverá ser do mesmo fabricante do processador. i) Controladora SATA de 6 GB/s ou versão superior, integrada e compatível com os periféricos especificados.					

01	<p>MEMÓRIA RAM:</p> <p>a) 8 (oito) GBytes tipo DDR4 3.200 MHz ou superior, expansível até64 (sessenta e quatro) GBytes.</p> <p>UNIDADE DE ARMAZENAMENTO:</p> <p>a) 1 (uma) Unidade de Estado Sólido (SSD) com capacidade mínima de 500 GBytes ou superior com velocidade mínima de 500 MB/s (leitura) e 200 MB/s (escrita).</p> <p>PLACA DE VÍDEO:</p> <p>a) Placa dedicada ou integrada.</p> <p>b) deve apresentar no mínimo 2 (duas) interface de conexão: (VGA, DisplayPort, DVI e HDMI); com suporte a no mínimo OpenGL 4.0 ou superior/DirectX 12.0 padrão integrada ao produto;</p> <p>c) deve suportar 02 (dois) monitores simultaneamente e individualmente (modo estendido).</p> <p>d) Deve suportar a resolução de 2560x1600 pontos, na profundidade de cores de 32 bits, na frequência mínima de 60 Hz.</p> <p>PLACA DE REDE SEM FIO:</p> <p>a) Placa Wireless PCI Express, com antena, padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac.</p> <p>b) Rede sem fio deve possuir frequências de 2.4GHz e 5GHz.</p> <p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO:</p> <p>a) Aceitar tensões de 110 e 220 Volts (Bivolt) através de chaveamento automático, com capacidade para suportar a máxima configuração do objeto proposto.</p> <p>GABINETE</p> <p>a) Tipo “Desktop” , Mini Torre ou Slim, na cor preto ou cinza. Possuir características “tools-free” (não há necessidade de uso de ferramentas para abertura do gabinete, remoção de disco rígido e unidade ótica), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original ou parafusos recartilhados.</p> <p>MOUSE</p> <p>a) Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem: 2 (dois) botões para seleção(click) e 1 (um) botão de rolagem (scroll); 10.2) resolução de 1000 dpi;</p> <p>b) conector USB (sem uso de adaptadores),</p> <p>c) possuir o mesmo padrão de cor do gabinete, acompanhar “mouse pad” com apoio para pulso em gel, com “design” ergonômico, revestimento em tecido e base em borracha anti-deslizante, na cor preto.</p> <p>d) Suportar Sistema operacional: Windows 10 Professional 64 bits ou Windows 11 Professional 64 bits e Linux.</p> <p>MONITOR</p> <p>a) LCD TFT e/ou LED de no mínimo 24 polegadas;</p> <p>b) estrutura slim, policromático, widescreen,</p>	Unid.	46	35		
----	--	-------	----	----	--	--

	<p>anti-reflexivo e anti-estático, widescreen, resolução mínima de 1920 X 1080 ou superior, atendimento às especificações de gerenciamento de energia EPA Energy Star, analógico (conector VGA) e digital (conector DVI) , HDMI. ou DisplayPor.</p> <p>c) Deverá ser da mesma marca e padrão de cores da máquina ofertada neste item.</p> <p>TECLADO</p> <p>a) Padrão ABNT2, 107 teclas (padrão brasileiro - todos os caracteres da língua portuguesa), conector USB (sem uso de adaptadores), possuir o mesmo padrão de cor do gabinete.</p> <p>b) Acompanhar apoio de pulso com “design” ergonômico, revestimento em tecido e base em borracha anti-deslizante, na cor preto.</p> <p>SOFTWARE Acompanha Windows 11 Original</p> <p>COMPATIBILIDADE O objeto ofertado deverá constar na “Microsoft Windows Catalog”. A comprovação da compatibilidade com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 ou superior e pelo menos uma distribuição de Linux será efetuada pela apresentação do documento “Hardware Compatibility Test Report” emitido especificamente para o modelo ofertado, que deverá acompanhar a proposta.</p> <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Dell, Lenovo, PCYES e Desktop HP</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>				
02	<p>MONITOR 27" PARA EDIÇÃO DE VIDEO</p> <p>Resolução Nativa: QHD 2560 x 1440 a 60 Hz</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de Painel: IPS - Relação de Aspecto: 16:9 - Brilho: 350 cd/m² - Relação de Contraste: 1000:1 / 1000:1 (dinâmico) - Suporte de Cor: 16,7 milhões de cores - Revestimento de Tela: Anti-ofuscamento - Conectividade: DisplayPort 1.2 (HDCP 1.4). HDMI (HDCP 1.4), USB 3.2 Gen 1 a montante, 4 x USB 3.2 Gen 1 à jusante - Características: Slot de fecho de segurança (fecho de cabo vendido separadamente), suporta interface VESA - Voltagem de entrada: AC 100-240 V (50/60 Hz) - Garantia do fabricante: 3 anos de serviço <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Sansung, DELL, LG e AOC</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	13	10	

03	<p>MONITOR FHD 23.8"Taxa de atualização / resolução Full HD (1080p) 1920 x 1080 a 75 Hz</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensão diagonal: 23.8" - Relação de Aspecto: 16:9 - Pixel por Polegada: 92.56 - Ajustes Inclinação - Tecnologia do painel: IPS - Portas e slots 1. Slot de segurança 2. Conector de alimentação 3. Portas HDMI 1.4 4. Porta de saída de áudio - Voltagem de entrada: AC 100-240 V (50/60 Hz) - Garantia do fabricante: 3 anos de Serviço <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Sansumg, DELL, LG e AOC</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	47	36		
04	<p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA COMPUTADORFonte de alimentação ATX 450w</p> <ul style="list-style-type: none"> -Conector de saída ATX 20+4 pinos -Potência Máxima de pico 500 watts -Fonte bivolt (110v ~220v) Cheveada -Chave seletora de tensão -Compatível com placas mãe de 20 e 24 pinos -Conector de alimentação para HD Sata -1 Conector ATX 20+4 pinos, -3 Conector ATX 12V, -2 Conectores SATA, -1 Conectores IDE -1 Conector PCI-Express 6 pinos. <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Fortrek, PCyes, C3Tech, Aerocool e Gigabyte.Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	4	3		
05	<p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA COMPUTADOR DELL 3710 Modelo:3CMJ0V3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo: Unidade de distribuição de energia (PSU) interna de 180 W, 85% eficiente, 80 Plus Bronze - Tensão de entrada: 90 a 264 VCA - Frequência de entrada 47 Hz a 63 Hz - Corrente de entrada (máxima) 3 A - Corrente de saída (contínua) - Operação: 12 VA - 15 A 12 VB – 14 A - Modo de espera: 12 VA - 1,50 A 12 VB – 3,30 A - Tensão de saída nominal: 12 VA 12 VB - Faixa de temperatura: De operação 5 °C a 45° C (41 °F a 113 °F) - Armazenamento -40 °C a 70 °C (-40 °F a 158 °F)Garantia mínima do fabricante: 1 anos 	Unid.	4	3		

06	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA COMPUTADOR LENOVO M70q Modelo: ADP-65ME B Entrada: 100-240V-1.5A 50-60Hz Saída: 20.0V - 3.25A Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	3	3		
07	HD externo 4 TerabytesEspecificações Capacidade : até 4TB Interface: USB 3.0, USB 2.0 Taxa de transferência de interface Até 5 Gbit/s (USB 3.0) Até 480 Mbit/s (USB 2.0) Requisitos do Sistema NTFS formatada para Microsoft Windows 11, Windows 10, Windows 8.1 Exige reformatação para macOS v12.0, v11.5, v10.15 Porta USB 2.0 ou USB 3.0 disponívelSimilar as marcas pré-aprovadas: Seagate, Western Digital (WD), Toshiba e SanDisk Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	5	4		
08	HD NAS 16 TERABYTESEspecífico para o modelo Poweredge T550 - Com Conector Automático Disco Rígido - Formato: 3.5 polegadas - Capacidade formatada: 16TB - Tipo de dispositivo: Disco rígido - Tipo de interface: SAS - Criptografia: 7.2K RPM - Tamanho do buffer: 12Gbit/sIncluindo Gaveta Hd Baia 3.5 compatível com Servidor Dell Poweredge T550Garantia mínima do fabricante: 5 anos	Unid.	21	16		

09	<p>HD SSD 1TB</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade: 1 TB - Tamanho Físico: 2.5" (7mm) - Interface*: SATA III 6 Gb/s - Dimensões: 100.2 x 69.85 x 7.00 mm - compatível com SATA 3 GB/s e SATA 1.5 GB/s. <p>Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura Sequencial: 560MB/s - Gravação Sequencial: 530MB/s - Leitura Randômica (IOPS): Até 95K - Gravação Randômica (IOPS): Até 85K - Durabilidade: 600 TBW <p>Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência ativa média: 60 mW - Operação Máxima de leitura: 2550 mW - Operação Máxima de gravação: 3750 mW - Standby: 56 mW - DEVSLP: 5 - 12 mW <p>Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Temperatura Ambiental: 0° C a 70° C - Temperatura não operacional: -55°C a 85°C - Vibração operacional: 5.0 gRMS, 10-2000 Hz - Vibração não operacional: 4.9 gRMS, 7-800 Hz - Choque: 1500G com meio ciclo de 0.5 msec <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Seagate, Western Digital (WD), Crucial, SanDisk e Adata</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	7	5		
----	--	-------	---	---	--	--

10	<p>HD SSD NVME 500gb</p> <p>Especificações:</p> <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desempenho NVMe rápido para necessidades de computação diária — até 2.400 MB/s - SSDs oferecem resistência a choques contra pancadas e quedas acidentais - O formato esguio M.2 2280 é ideal para computadores com um slot NVMe <p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade: 500 GB - Formato: M.2 2280 - Desempenho de leitura sequencial: 2400MB/s - Desempenho de gravação sequencial: 1500MB/s - Leitura randômica: 3000004KB IOPS - Gravação randômica: 3000004KB IOPS - Interface: PCIe Gen3 x4 NVMe v1.3 - Durabilidade (TBW): 60 - Dimensões (L x W x H): 3.16" x 0.87" x 0.09" - Temperatura operacional: 0°C to 70°C - Non-Operating Temperature: -40°C to 85°C - Certificações: BSMI, ICES-003/NMB-003, CE, FCC, KC, Maghreb, RCM, UKCA, VCCI, CB-Scheme, TUV, UL <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Seagate, Western Digital (WD), Crucial, SanDisk e Adata</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	7	5		
----	---	-------	---	---	--	--

11	<p>KIT ROTEADOR WIFI MESH (3-PACK):-</p> <p>Conecte até 150 dispositivos - Interface: 3 portas Gigabit Ethernet (detecção automática WAN / LAN) por unidade</p> <p>- Alcance do Sinal WiFi: Até 200m² por unidadeWireless:</p> <p>- Padrões Wireless: IEEE 802.11 ac / n / a 5 GHz, IEEE 802.11 b / g / n de 2,4 GHz</p> <p>- Frequência:</p> <p>- 574 Mbps em 2.4 GHz</p> <p>- 2402 Mbps em 5 GHz</p> <p>Potência de Transmissão:</p> <p>- FCC: <30 dBm - CE: <20 dBm (2,4 GHz) - <23 dBm (5 GHz)</p> <p>Software: - QoS: WMM- IPv6: Suportado-</p> <p>Tipo de WAN: IP Dinâmico / IP Estático / PPPoE / L2TP / PPTP- Gerenciamento:</p> <p>Gerenciamento local, gerenciamento remoto- DHCP: Servidor, cliente-</p> <p>Redirecionamento de Portas: Suportado-</p> <p>Controle de</p> <p>Acesso: Lista negra- Firewall: Firewall SPI-</p> <p>Protocolos: Suporta IPv4 e IPv6-</p> <p>Características Avançadas: Controles dos pais-</p> <p>Rede de Visitantes:</p> <p>- 1x Rede de convidados de 2,4 GHz</p> <p>- 1x Rede de convidado de 5 GHz</p> <p>Certificação:</p> <p>- CE, FCC, IC, NCC, BSMI, IDA, RCM, JPA, JRF, VCCI, KC, RoHS- homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)</p> <p>Similar as marcas pré-aprovadas: TPLink, Huawei, Intelbras e MercusysGarantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	KIT	4	3		
----	---	-----	---	---	--	--

12	<p>NOBREAK 3KVA SENOIDAL (ALTA PERFORMANCE) Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nobreak Interativo com regulação on-line - Microprocessador: RISC/FLASH de alta velocidade - Comunicação Inteligente: padrões RS-232 e USB (acompanha cabo USB tipo A-B) - PowerView Mobile: Gerenciamento do Nobreak via Smartphone. - Tensão: Bivolt automático - Tensão de saída: 115V - Tomadas: 10 tomadas padrão NBR 14136 (6 tomadas 10 A + 4 tomadas 20 A) - Exceto no modelo monovolt que possui 10 tomadas 10A - Autoteste: Ao ser ligado, realiza teste dos circuitos internos e baterias - Leds: indicam o modo de operação e nível de carga das baterias (modo bateria) ou o nível de potência de saída (modo rede). Conector: Tipo engate rápido para expansão de autonomia. Fusível: Rearmável. <p>Proteções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curto-circuito no inversor - Surtos de tensão entre fase e neutro - Sub/sobretensão da rede elétrica. Na ocorrência destas, o nobreak passa a operar em modo bateria - Sobreaquecimento no inversor e no transformador - Potência excedida com alarme e posterior desligamento <p>Similar as marcas pré-aprovadas: SMS, Intelbras, JBR, Lacerda</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	11	8		
----	---	-------	----	---	--	--

13	<p>KIT NOBREAK 3KVA e MÓDULO EXPANSÃO DE 6 BATERIAS</p> <p>Configuração - Nobreak Potência: 3000VA/2100W *.Saída senoidal e online, sem interrupção. Tensões de entrada: 120V/220V, com seleção automática. Variação na tensão de entrada: +/- 15%. Frequência de entrada: 60Hz +/- 5%. Tensões de saída: 120V/220V, com seleção manual. Conexão de entrada: Plugue 20A padrão ABNT NBR14136 + bornes. Conexão de saída: 6 tomadas 20A padrão ABNT NBR14136 + bornes. Transformador isolador. Regulação estática: +/- 5%. Distorção harmônica: 5% para carga linear. Pannel frontal com informações visuais do funcionamento do nobreak e das condições de rede. Baterias internas, com possibilidade de expansão de autonomia com bancos externos. Autoteste de baterias. Partida por baterias. Proteção contra falta de energia, sobretensão, subtensão, sobrecarga, sobretemperatura, descarga total de baterias, curto-circuito, surtos, picos e ruídos na rede. Porta de comunicação RS-232. Gerenciamento remoto via aplicativo Engetron IoT através do WBRC (opcional). Aplicação: Escritório, comércio, TI, automação bancária, automação industrial, médico/hospitalar.</p> <p>Configuração - Módulo expansão de baterias com 6 Baterias - Autonomia de 140 minutos operando a plena carga 3kVA/2,1kW- Tipo de bateria: Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção: a prova de vazamento - Quantidade de baterias: 6 baterias seladas de 12 V e 9 Ah Similar as marcas pré-aprovadas: Engetron, SMS e Intelbras</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 2 anos</p>	KIT	13	10		
----	--	-----	----	----	--	--

14	<p>NOBREAK 3KVA RACK (ALTA PERFORMANCE)3000 VA / 2100 W / Entrada: bivolt automático / Saída: 120 V / 7 tomadas de saída (6 × 10 A e 1 × 20 A) 4 baterias seladas de 12 V 9 Ah / 8 níveis de proteção / Expansão de autonomia: 4 baterias externas 12 V em série (48 V) via conector SB 50 / Gerenciamento Local (USB) e Remoto (SNMP)*</p> <p>Entrada Tensão nominal de entrada: 120 / 220 V~ / Variação da tensão: 93-150 / 171-250 V~ / Frequência: 50 / 60 Hz ±5 Hz / Disjuntor: 30 A</p> <p>Saída Fator de potência: 0,7 / Tensão nominal de saída*: 120 V~ / Regulação da tensão: Modo Rede: 120V~ ±10% / Modo Bateria: 120V~ ±2% / Tempo de transferência: <10 ms / Frequência no modo Bateria: 50 / 60 Hz ±1 Hz</p> <p>Forma de onda no modo Bateria: Senoidal / Máxima distorção harmônica**: <10% / Tomada (NBR 14136): 7 tomadas (6 × 10 A + 1 × 20 A)</p> <p>Proteções Proteção contra sub/sobretensão: Passa a operar no modo Bateria / Proteção contra descarga da(s) bateria(s): Até 44 V / Proteção contra sobrecarga na saída: Modo Rede: fusível rearmável / Modo Bateria: limitador de corrente interno</p> <p>Baterias Bateria(s) interna(s): 4 × 9 Ah 12 V / Tempo de carga: 5h para recarregar até 90% / Barramento das baterias: 48 V / Corrente de carga: 2 A / Expansão de autonomia: Conector de engate rápido SB 50 / Quantidade máxima de módulos de baterias: 4 (em paralelo)Similar as marcas pré-aprovadas: Ragtech, Intelbras, TS Shara, Lacerda Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	4	3		
15	<p>NOBREAK 1200VAEspecificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência nominal: 1200 VA - Tensão de Entrada: 115/220 V - Tensão saída: 115 V - Autonomia:90 min - Tipo bateria: Bateria selada VRLA - Frequência: 50/60 Hz - Corrente nominal: 10,4 A - Tensão barramento (CC): 24 Vcc - Corrente Baterias: 7 Ah - Tipo de Tomada: Padrão NBR 14136 <p>Similar as marcas pré-aprovadas: SMS, Intelbras, JBR, Ragtech e ZionGarantia mínima do fabricante: 2 anos</p>	Unid.	59	45		

16	<p>NOTEBOOK (ADM)Processador: Número de núcleos10, Nº de Performance-cores 2, Nº de Efficient-cores 8, Total de threads12 , Frequência turbo max4.6 GHz, Frequência turbo máx. do Performance-core4.6 GHz ,Frequência turbo máx. do Efficient-core3.4 GHz, Cache 12 MB, Potência, básica do processador 15 W, Energia turbo máxima55 W, Potência mínima garantida12 W</p> <p>Sistema Operacional: Windows 11 Home</p> <p>Memória:</p> <p>Memória Instalada: 8 GB, Tipo de Memória: LPDDR4x (8 GB), Máx. Memória Suportada: 8 GB, Slots: On board</p> <p>Armazenamento:</p> <p>MMC: 512GB SSD NVMe, Portas de Expansibilidade: SSDTela:</p> <p>Tamanho da Tela (pol): 15.6" Full HD LED antirreflexiva, Resolução da Tela: Full HD 1920 x 1080</p> <p>Placa Gráfica:</p> <p>Memória Gráfica: Integrada</p> <p>Recursos Multimídia:</p> <p>Efeitos de Áudio: Dolby Atmos, Alto-Falantes: 4W Estéreo (2W x 2), Microfone Integrado: Digital, dual array, Webcam Integrada: HD 720p</p> <p>Comunicação:</p> <p>Rede Ethernet: Gigabit Ethernet [10/100/1000], Placa de Rede Wireless: 802.11 ax 2x2, Bluetooth: Bluetooth v5.2</p> <p>Portas de Comunicação:</p> <p>Portas USB: 2x USB 3.2; 2x USB-C, HDMI: HDMI 2.1, Saída Fone-de-Ouvido: Sim (Combo com Entrada para Microfone), Entrada p/ Microfone: Sim (Combo com Saída para Fone-de-Ouvido), Leitor de Cartões Multimídia: MicroSD Card Reader, Ethernet RJ45 (LAN): Sim</p> <p>Características para Digitação:</p> <p>Teclado: Português-BR, Teclado Numérico Integrado, Touchpad: Sim, com suporte à função multi-toques</p> <p>Alimentação de Energia:</p> <p>Tensão da Fonte Adaptadora: Bivolt (100-240V)</p> <p>Similar as marcas pré-aprovadas: Samsung, Dell, Lenovo, Acer e AsusGarantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	20	15		
----	--	-------	----	----	--	--

17	<p>NOTEBOOK PARA TRANSMISSÃO E EDIÇÃO DE VÍDEO- Processador: Número de núcleos 10, cache de 20MB, Velocidade da CPU: 3,4 GHz até 4.6GHz)- Sistema Operacional: Windows 11 Home- Memória: Memória Instalada: 32 GB, Tipo de Memória: LPDDR5x (16 GB), Máx. Velocidade do clock da memória - 5600 MHz- Armazenamento: MMC: 1 terabyte SSD NVMe, Portas de Expansibilidade: SSD- Tela: Tamanho da Tela (pol): 15.6" Full HD LED antirreflexiva, Resolução da Tela: 1920 x 1080- Placa Gráfica: Placa de vídeo dedicada mínimo 6 Gigabytes- Recursos Multimídia: Efeitos de Áudio: Dolby Atmos, Alto-Falantes: 4W Estéreo (2W x 2), Microfone Integrado: Digital, dual array, Webcam integrada: HD 720p- Comunicação: Rede Ethernet: Gigabit Ethernet [10/100/1000], Placa de Rede Wireless: 802.11 ax 2x2, Bluetooth: Bluetooth v5.2- Portas de Comunicação: Portas USB: 2x USB 3.2; 2x USB-C, HDMI: HDMI 2.1, Saída Fone-de-Ouvido: Sim (Combo com Entrada para Microfone),- Entrada p/ Microfone: Sim (Combo com Saída para Fone-de-Ouvido), Leitor de Cartões Multimídia: MicroSD Card Reader, Ethernet RJ45 (LAN): - - Características para Digitação: Teclado: Português-BR, Teclado Numérico Integrado, Touchpad: Sim, com suporte à função multi-toques Similar as marcas pré-aprovadas: Samsung, Dell, Lenovo, Acer e AsusGarantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	7	5		
18	<p>BATERIA CHUMBO-ÁCIDA1200VA Potencia: 1200VA - 60Hs 12V-9Ah - Dimensões: 6,4 / 15 / 9,5 cm (Prof / Larg / Alt) - Corrente máxima de descarga: 130 A (por 5 segundos) - Flutuação da tensão de carga: 13,5 ~ 13,8 VDC em 25° C - Equalização e ciclo de serviço: 14,4 até 15,0 VDC em 25 °C - Resistência interna (aproximada): 23 mO - Auto descarga: 6 meses em 25 °C - Corrente máxima de carga: 2,16 A - Quantidade de células: 6 - Container: Material ABS (UL 94-HB) com resistência a flamabilidade (UL94-V0) Similar as marcas pré-aprovadas: Sec Power, Intelbras e Elgin, Moura e GetPower Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	13	10		

19	<p>CARREGADOR PORTÁTIL POWER BANK 30000MAHTipo de bateria: Bateria de polímero de lítio</p> <ul style="list-style-type: none"> - Características: Cabos embutidos - Características: Tela digital - Entrada máx.: 65W - Capacidade da bateria: cerca de 30000mah/3.8v - Capacidade avaliado: cerca de 18000mah - Conversão de energia: cerca de 78% - Três Entradas: -Tipo c entrada: cerca de 5v/3a, 9v/3a, 12v/3a, 15v/3a, 20v/3a 60w (Usb c pd 3.0) - Micro entrada: cerca de 5v/2a, 9v/2a, 12v/1.5a 8w - Entrada para ip: cerca de 5v/2.1a - Usb 1 / 2 / 3 + usb 4 saída: cerca de 5v/3a 15w - Usb 1 / 2 / 3 + tipo c saída: cerca de 15w + 45w - Usb 4 + tipo c saída: cerca de 18w + 45 - Usb 1 + usb 2 + usb 3 + usb 4 + tipo c saída: cerca de 15w + 45w- Similar as marcas pré-aprovadas: Samsung, Redmi, ELG e Baseus <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	6	4		
----	---	-------	---	---	--	--

20	<p>WEBCAM ULTRAHDEspecificação Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Chamadas de vídeo Ultra K de 4K (até 4096 x 2160 pixels @ 30 fps) - Chamadas de vídeo Full HD de 1080p (até 1920 x 1080 pixels @ 30 ou 60 fps) - Chamada de vídeo HD de 720p (até 1280 x 720 pixels @ 30, 60 ou 90 fps) - Conectividade USB Plug-and-play - Campo de visão de 90 graus (FOV) com duas configurações adicionais (65 graus e 78 graus) - 5x zoom digital em Full HD - Auto-foco - RightLight 3 com HDR para imagem clara em vários ambientes de iluminação que vão desde luz baixa até luz solar direta - Microfones omnidirecionais duais integrados com cancelamento de ruído - Tecnologia de sensores infravermelhos - Substituição de fundo - Obturador de privacidade externa - Suporta vários tipos de conexão, incluindo Conexões tipo A e C USB 2.0 tipo A e USB 3.0 <p>Requisitos de sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Windows 7 (apenas 1080p), Windows 8.1 ou Windows 10 / macOS TM 10.10 ou superior - Google Chromebook Versão 29.0.1547.70, Plataforma 4319.79.0 com: - 2.4 GHz Intel Core 2 Duo - 2 GB de RAM ou mais - Espaço em disco rígido para vídeos gravados - Porta USB 2.0 (USB 3.0 necessário para 4K) - Similar as marcas pré-aprovadas: Logitech, Rise Mode, Dell, Lenovo e Intelbras <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	7	5		
----	--	-------	---	---	--	--

21	<p>ROTEADOR COM WI-FI 6 Especificações: Padrões Wi-Fi 6: - IEEE 802.11ax/ac/n/a 5 GHz / - IEEE 802.11ax/n/b/g 2.4 GHz Velocidade de WiFi (AX54000) - 5 GHz: 2402 Mbps (802.11ax, HE160) / - 2.4 GHz: 574 Mbps (802.11ax) Alcance do sinal WiFi: - 6 × Antenas Fixas de Alto Desempenho FEM de alta potência - Melhora a potência de transmissão para fortalecer a cobertura do sinal 4T4R - Vários fluxos na mesma banda fortalecem a tolerância a falhas na transmissão Capacidade WiFi: - Dual-Band: Aloque dispositivos para diferentes bandas para um desempenho ideal - 4×4 MU-MIMO: Comunica-se simultaneamente com vários clientes MU-MIMO - OFDMA: Comunica-se simultaneamente com vários clientes Wi-Fi 6 - Imparcialidade do tempo de antena: Melhora a eficiência da rede, limitando a ocupação excessiva - DFS: Acesse uma banda extra para reduzir o congestionamento - 6 fluxos: Conecte seus dispositivos a mais largura de banda Modos de Operação - Modo Roteador / - Modo Access Point Hardware: Processador: 1 GHz CPU Dual-Core / - Portas Ethernet: 1× Porta WAN Gigabit / 4× Portas LAN Gigabit / - Alimentação: 12 V 2 A (Bivolt) Rede para Visitantes: 1× 5 GHz Rede de Convidados / 1× 2.4 GHz Rede de Convidados VPN Server: OpenVPN / PPTP VPN-homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) Similar as marcas pré-aprovadas: TP-Link, Huawei, Intelbras e Mercusys Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	13	10		
----	--	-------	----	----	--	--

22	<p>ROTULADOR ELETRÔNICO MAIS 3 SUPRIMENTOS PRINCIPAIS</p> <p>CARACTERÍSTICAS -</p> <p>ROTULADORPORTÁTIL- Display 15 caracteres x 1 linha</p> <ul style="list-style-type: none"> - Memória para 15 etiquetas - Largura das fitas de 6 até 12mm - Utiliza fitas TZ resistentes e laminadas - Teclado QWERTY - Cortador manual - Velocidade da impressão 20mm/s - 253 símbolos embutidos - Impressão de múltiplas cópias (até 9) - Imprime até 2 linhas em etiquetas de 12mm de largura - Impressão vertical e espelhada <p>Suprimentos 3 Unidades Fitas – Tamanho de 9mm</p> <p>TZ221 Fita Laminada – Letra preta sobre fundo branco</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	3	2		
23	<p>SWITCH 48 PORTAS 10/100/1000 MBPSEspecificações Técnicas:</p> <p>Interface:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 48× Portas RJ45 de 10/100/1000Mbps - 4× Slots SFP Gigabit - 1× Porta de Console RJ45 - 1× Porta de Console Micro-USB <p>Hardware:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de Ventoinhas: 0 - Fonte de Alimentação: 100-240 V AC~50/60 Hz - Dimensões(mm): 440×220×44 - Instalável em Rack - Capacidade de Comutação: 104 Gbps - Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 77.4 Mpps - Tabela de Endereços MAC: 16 K - Memória de Buffer de Pacote: 12 Mbit - Jumbo Frame: 9 KB <p>Características do software:</p> <ul style="list-style-type: none"> - QoS / Características L2 e L2+ / L2 Multicast / VLAN / Lista de Controle de Acesso / Segurança / IPv6 / Características L3 / - Gerenciamento / MIBs <p>Recursos de Gerenciamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Web-based GUI / Command Line Interface (CLI) through console port, telnet / SNMPv1/v2c/v3: Trap/Inform, RMON (1, 2, 3, 9 groups) / SDM Template / DHCP/BOOTP Client / 802.1ab LLDP/LLDP-MED / DHCP AutoInstall / Dual Image, Dual Configuration / CPU Monitoring / Cable Diagnostics / EEE / Password Recovery / Sntp / System Log - Similar as marcas pré-aprovadas: TPLink, Cisco, HP Aruba, Ubiquiti, Intelbras- <p>Garantia mínima do fabricante: 5 anos</p>	Unid.	3	2		

24	<p>SWITCH 8 PORTAS GIGABITHardware: Padrões e Protocolos: IEEE 802.3 / 802.3u / 802.3ab / 802.3x CSMA / CD</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interface: 8 10/100 / 1000Mbps portas, auto-negociação, Auto-MDI / MDIX - Tamanho do buffer: 2Mb - Fonte de alimentação externa: 100-240 V CA, 50 / 60Hz - Fan Quantidade: Fanless - Dimensões (LxPxA): 6,2 x 4,0 x 1,0 pol. (158 x 101 x 25 mm) - Indicador LED: Power System Link, indicadores de velocidade e de actividade por porto construído em cada porta RJ-45 - Consumo de energia: Máxima: 4.5W (220V / 50Hz) Ambiente: - Temperatura de operação: 0 ° C ~ 40 ° C (32 ° F ~ 104 ° F) - Temperatura de armazenamento: -40 ° C ~ 70 ° C (-40 ° F ~ 158 ° F) - Umidade de Operação: 10% ~ 90%, sem - condensing - Umidade de armazenamento: 5% ~ 90% sem condensação- Similar as marcas pré-aprovadas: TPLink, Cisco, HP Aruba, Ubiquiti, Intelbras <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	4	3		
25	<p>MOUSE ÓPTICO- Tecnologia óptica, de conformação ambidestra, com botões esquerdo, direito e central próprio para rolagem: 2 (dois) botões para seleção (click) e 1 (um) botão de rolagem (scroll); 10.2) resolução de 1000 dpi;- Conector USB (sem uso de adaptadores),- Possuir o mesmo padrão de cor do gabinete, acompanhar “mouse pad” com apoio para pulso em gel, com “design” ergonômico, revestimento em tecido e base em borracha anti-deslizante, na cor preto.- Suportar Sistema operacional: Windows 7 Professional 64 bits ou Windows 8 Professional 64 bits e Linux- Similar as marcas pré-aprovadas: Dell, HP, Logitech, Fortrek, HyperX</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	39	30		
26	<p>TECLADO COM FIO (Computador)- Padrão ABNT2, 107 teclas (padrão brasileiro - todos os caracteres da língua portuguesa), conector USB (sem uso de adaptadores), possuir o mesmo padrão de cor do gabinete.- Acompanhar apoio de pulso em gel com “design” ergonômico, revestimento em tecido e base em borracha anti-deslizante, na cor preto.- Similar as marcas pré-aprovadas: Dell, HP, Lenovo, Logitech, Fortrek, HyperX</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	39	30		

27	<p>Pasta Térmica, 12.5 W/mk 50g- Conteúdo: 50g</p> <ul style="list-style-type: none"> - Condutividade térmica: 12,5w/m-k - Densidade: 2,8 g/ml - Impedância térmica: <,0,112 °c-in²/w - Temperatura de operação: -50~250 °c- 3 Meses de garantia 	Unid.	3	2		
28	<p>CABO HDMI 2.0 FIBRA ÓPTICA 4K (50 Metros)- Com plugs Banhados à ouro 24K e capa de metal,- Resolução UltraHD 4K até 2160p,- Som Digital Dolby True HD 7.1,- Suporte a tecnologia ARC, HDR, QFT, VVR, QMS- Compatível com proporção de Cinema 21:9. Disponíveis nos tamanhos de 10 á 50 metros- Resolução de Vídeo Suportada: 480i, 576i/p, 720i/p, 1080i, 1080p, 2160p- Taxa de Transmissão: 18 Gbit/s e 600MHzImagens- Suportadas: 2D, 3DVersões Compatíveis: 1.3, 1.4- 2.0Retorno de Áudio ARC</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	34	26		
29	<p>CONTROLADORA PTZ COM MINI JOYSTICKCaracterísticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controla até 10 câmeras simultaneamente - Conexões RS422, RS485, RS232 e Ethernet - Suporte ao protocolos VISCA, VISCA-IP, PELCO-P/D e UDP - Botão tipo "gangorra" para o ajuste de zoom da câmera - Gravação de até 254 predefinições por câmera - Teclas retroiluminadas de seleção de câmeras e predefinições - Joystick extremamente preciso, de velocidade variável, que permite controle de posição e zoom confortáveis e de alta qualidadeEspecificações- Interface RS422/RS485: Terminal Phoenix contacto 4 pinos 3.81mm - Interface RS232: Conector DB9 - Interface LAN: Conector RJ45 <p>Formato do Sinal de Controle</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baud Rate: 2400bps, 4800bps, 9600bps, 19200bps, 38400bps - Bits de dados: 8 bit - Bit de parada: 1 bit - Bit de paridade: Nenhum - Protocolo ethernet: UDP/ VISCA OVER IP <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	8	6		

30	Caixa de cabo de Rede Cat5e 305Mts- Tipo de conector: RJ45- Tipo de cabo: Ethernet- Dispositivos compatíveis: Keystone Fêmea, Switch, Patch Panel, Conectores de redes e internet RJ45, Organizadores e Guias de Cabo- Taxa de transferência de dados: 1000 Megabytes- Frequência: 100 MHz- Tecnologia de conectividade: Com fio Similar as marcas pré-aprovadas: Furukawa, Deko, Landutti e Elgin Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	7	4		
31	Plug rj45 Características técnicas:- Cor: transparente- Material do corpo do produto: Termoplástico não propagante a chama UL 94V-0- Tipo de Conector: RJ-45 macho- Quantidade de vias: 8- Diâmetro do Condutor: 26 a 22 AWG- Tipo de cabo: U/UTP CAT.6- Certificação: UL E173971 Pacote com 100 unidades Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	5	4		
32	Fone de ouvido Circumaural Profissional, com fio- Impedância: 63 Ohm- Controle de ruído: Isolamento de som- Sensibilidade: 104 dB- Alcance de frequência: 10 Hz a 20 kHz- Tipo de controlador de áudio: Controlador dinâmico- Tamanho do controlador de áudio: 40 Milímetros- Aplicação Profissional- O cabo OFC e o conector Unimatch banhado a ouro oferecem conectividade mini-jack de 1/8 "e fono TRS de 1/4 Fone de ouvido - Projeto Over-Ear (Circumaural) - Estilo Earcup Fechado - Similar as marcas pré-aprovadas: Sony, JBL, Philips, TSI e AKG Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	7	5		
33	Bateria De Drone, Compatível Com Dji Mini 5 Pro Dados técnicos:- Alta capacidade de 2788mAh- Tipo de bateria: Li-ion - Capacidade: 2788 mAh- Duração: Até 36 minutos - Temperatura de carregamento: 5° a 40° C- Compatibilidade total com DJI Mini 5 Pro Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	3	2		

34	Carregador de Bateria Usb-c 65w, Compatível Com Dji Mini 5 Pro Ficha Técnica- Tensão de saída - 15 Volts (CC)- Tensão de entrada - 5 Volts (CC)- Charging Time - 2 Horas- Classificação de corrente - 2 Amperes- Amperagem - 2 Amperes- Especificações: Temperatura de carregamento: 5° a 40° C (41° a 40.0 °C); Entrada: 5-15 V, até 4,3 A; Saída: 5-15 V, até 2 A- Potência: 65 W - Peso: 116 gramas- Compatibilidade: bateria de voo inteligente DJI Mini 5 ProGarantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	2	1		
35	Anel Adaptador Para Lentes 18X, Compatível Canon Nikon SonyFicha Técnica-Material: liga especial de alumínio de aviação-Alta resistência a impactos-Torção e pressão- SISTEMA DE ENCAIXE POR ROSQUEAMENTO: variedade de e tamanhos de lentes e filtros - 18 PEÇAS: -37mm-49mm anel adaptador x 1 -49mm-52mm anel adaptador x 1 -52mm-55mm anel adaptador x 1 -55mm-58mm anel adaptador x 1 -58 MM-62mm anel adaptador x 1 -62mm-67mm anel adaptador x 1 -67mm-72mm anel adaptador x 1 -72mm-77mm anel adaptador x 1 -77mm-82mm anel adaptador x 1 -49mm-37mm anel adaptador x 1 -52mm-49mm anel adaptador x 1 -55mm-52mm anel adaptador x 1 -58mm-55mm anel adaptador x 1 -62mm-58mm anel adaptador x 1 -67mm-62mm anel adaptador x 1 -72mm-67mm anel adaptador x 1 -77mm-72mm anel adaptador x 1 -82mm-77mm anel adaptador x 1 Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	2	1		

36	<p>Telefone Fixo IP com tela LCDCaracterísticas:- 3 vias e teclas.- Fornecimento automatizado por meio de arquivo de configuração XML com criptograa TR-069 ou AES.- Viva-voz full duplex com neutralização avançada de eco acústico.- PoE 802.3af integrado no GXP1615.Especificações</p> <p>Técnicas:Protocolos/PadrõesSIP RFC3261, TCP/IP/UDP, RTP/RTCP, HTTP/HTTPS, ARP, ICMP, DNS (registro A, SRV, NAPTR), DHCP, PPPoE, SSH, TFTP, NTP, STUN, SIMPLE, LLDP-MED, LDAP, TR069, 802.1x, TLS, SRTP, CDP/SNMP/RTCP-XRInterfaces de RedePortas Ethernet de 10/100 Mbps com detecção automática e comutador duplo, PoE integrado no GXP1615TelaTela LCD de 132 x 48 (2.95'')Teclas de recursosCodecs de VozSupport for G.711µ/a, G.722 (wide-band), G.723.1,G.726-32, G.729 A/B, iLBC , inband and out-of-band DTMF (In audio, RFC2833, SIP INFO), VAD, CNG, AEC, PLC, AJB, AGCRecursos de TelefoníaConector dos FonesConector RJ9 (permitiendo EHS con fones de ouvido)Suporte de BaseSuporte de parede: Sim</p>	Unid.	4	3		
37	<p>Câmera PTZ 4kResoluções: HDMI: 4KP60, 4KP50, 4KP30, 4KP25, 4KP59.94, 4KP29.97, 1080P60, 1080P50, 1080P59.94, 1080P30, 1080P29.97, 1080I60, 1080I50, 1080I59.94, 720P60, 720P59.94Sensor: pixels efetivos: 8,42MLentes: Zoom de 20xZoom: digital 16xRelação sinal ruído: ≥55dBÂngulo de visão horizontal: 3,5° ~ 60°Ângulo de visão vertical: 2,0° ~ 35,7°Faixa de rotação horizontal: ±170°Faixa de rotação vertical: -30° ~ +90°Especificações de Rede: NDI® HX2, TCP/IP, HTTP, RTSP, RTMP/RTMPS, ONVIF, DHCP, SRT, MulticastInterfaces:1 x RS485: conector phoenix de 2 portas, Distância máxima: 300m, Protocolos: VISCA/Pelco-D/Pelco-P1 x RS232 IN: 8pin Min DIN, Distância máxima: 20m, Protocolos: VISCA/Pelco-D/Pelco-P1 x RS232 OUT: 8pin Min DIN, Distância máxima: 20m, Protocolos: Usado apenas em rede VISCA1 x LAN: 10M/100M/1000M1 x USB2.0: Tipo A1 x 3G-SDI: Tipo BNC, 800mVp-p, 75Ω. SMPTE 424M1 x HDMI: Versão 2.0Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	8	6		

38	<p>MESAS DE SOM COM PHANTOM POWER</p> <p>Características:- RESOLUÇÃO: 16 BITS- TAXA DE AMOSTRAGEM: 48kHz- Conector USB A MODO DE GRAVAÇÃO</p> <p>Gravação ESTÉREO: Grava duas pistas L e R individuais, os canais podem ser divididos em L e R através do botão PAN, ou duas pistas mono individuais se o programa permitir.</p> <p>CANAIS E SEUS RECURSOS:- Phantom Power +48V DC para todas as entradas XLR (não é individual por canal).- 8 CANAIS MONO com entradas XLR (MIC/balanceada) e P10 (LINE/não balanceada).- 2 CANAIS ESTÉREO – Canais 9/10 e 11/12. Line in L pode funcionar MONO.- GANHOS em todos os canais.- LOW CUT – Botão para o corte de frequências baixas.- EQUALIZADOR de 3 bandas – Agudo, médio e grave.- Vol. FX – Volume de efeito e controle de volume da saída auxiliar send (Pós Fader).- Vol. MON – Controle de volume da saída MON (Pré Fader).- LED CLIP – Indica que o canal está clipando, está com o nível de entrada muito alto.- LED MUTE - Acende quando o MUTE está ativo.- MUTE por canal.- PAN – Direciona o som do canal para o lado direito ou esquerdo do master.</p> <p>SAÍDAS, VOLUMES PRINCIPAIS & EQUALIZADOR GRÁFICO:- SAÍDAS PRINCIPAIS L-R – XLR (balanceada) e P10 (não balanceada).- RCA – TAPE (entrada de áudio).- RCA – REC (saída de áudio).- FONE DE OUVIDO P10 – Saída estéreo com amplificação para fones de ouvido em P10.- VOL. MASTER com deslizantes L e R separados.- VOL. FX SEND – Volume geral do efeito, com botão MUTE.- VOL. CD/MP3/BT – Volume do leitor de MP3, bluetooth e entrada RCA TAPE. Com botão MUTE.- VOL. MON SEND – Volume geral da saída para retorno MON.- VOL. FX TO MON – Habilita o efeito para a saída de retorno MON.- VOL. PHONE – Volume da saída de fone de ouvido.- EQUALIZADOR GRÁFICO com 7 bandas para as saídas principais. Com botão by-pass.</p> <p>SAÍDAS AUXILIARES para monitoramento e efeito externo</p> <p>MON – saída auxiliar</p> <p>PRÉ FADER SEND – saída auxiliar</p> <p>PÓS FADER ENTRADA para efeito externo</p> <p>RETURN – 2 entradas – Utilize-as em conjunto com a saída SEND para adicionar um efeito externo (Rack/Pedal).</p> <p>Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	6	4		
----	--	-------	---	---	--	--

39	<p>Câmera Filmadora Profissional- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Resolução do sensor: Real: 20,9 megapixels Efetivo: 14 megapixels Sensor de imagem: CMOS de 13,2 x 8,8 mm (tipo 1) Estabilização de imagem: Óptica em Lente Integrada/Digital Filtro ND integrado: Filtro ND eletrônico de 2 a 7 pontos Tipo de captura: Somente vídeo Tipo de obturador: Persiana eletrônica Velocidade do obturador: 1/8000 a 64 segundos Sensibilidade ISO/Ganho: Nativo: 250 a 16.000 Ganho: -3 a 36 dB Ângulo do obturador: 5,6 a 360 Iluminação Mínima: 1,2 Lux Balanço de branco: Faixa: 2000 a 15.000K Predefinições: ATW, Automático-Lente Distância focal: 7,71 a 154,21 mm (equivalente a 35 mm: 24 a 480 mm) Taxa de zoom óptico: 20x Zoom digital máximo: 1,5x (em UHD 4K) 2x (em 1080p) Abertura máxima: f/2.8 a 4.5 Distância mínima de foco: 1 cm Tamanho do filtro: 72 milímetros Controle de foco: Foco automático Foco manual- Captura de vídeo: Gravação interna XAVC HS-L3840 x 2160- Saída de vídeo HDMI: 3840 x 2160 FPS- Suporte para câmera rápida/lenta: Sim Curva gama: HDR-HLG, Rec709, S Cinetone, Sony S-Log 3 Microfone embutido: Estéreo Gravação de áudio: Áudio LPCM de 4 canais, 24 bits e 48 kHz- Transmissão IP:- Slot para cartão de mídia/memória Slot duplo: CFexpress Tipo A / SD (UHS-II) E/S de vídeo: 1 x Saída BNC (12G-SDI) 1 x Saída HDMI (Sinal Não Especificado)- E/S de áudio: 2x entradas XLR de 3 pinos, 1x saída de fone de ouvido/microfone TRRS de 1/8 / 3,5 mm, 1x entrada estéreo TRS de 1/8 / 3,5 mm- Outras E/S: 1x Entrada/Saída BNC (Código de tempo) 1x Controle remoto Sub-Mini de 2,5 mm 1x Controle RJ45 (LAN) 1x USB-C (USB 3.2 / 3.1 Gen 1)Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	3	2		
40	<p>TRIPÊS PROFISSIONAISCapacidade e Estabilidade:- Limite de Carga: Suporte para equipamentos de até 6,8 kg (ideal para o conjunto Câmera + Teleprompter).Mecânica e Ajustes:Estrutura: Composta por 03 (três) seções ajustáveis.Altura Máxima: 210 cm.Altura Mínima: 70 cm.Movimentação e Precisão (Cabeça):Faixa de Panorâmica (Pan): 360° contínuos para coberturas horizontais completas.Faixa de Inclinação (Tilt): Amplitude de -80° a +90° frontal, permitindo ângulos picados e contrapicados.Garantia do Fabricante: Mínima de 01 (um) ano.</p>	Unid.	8	6		

41	<p>Painel de luz LED bicolor + Case (2800k a 6500k) Capacidade Luminosa: Potência Nominal: 120W. Temperatura de Cor (CCT): Ajustável entre 2800K e 6500K (Bicolor), permitindo a simulação de luz quente ou fria. Fidelidade e Qualidade de Cor: Índice de Reprodução de Cor (CRI): Superior a 96. Índice TLCI: Superior a 96 (padrão de referência para transmissões de televisão e vídeo profissional). Controle e Operação: Gerenciamento Remoto: Sistema com 32 canais e 16 grupos de controle independentes. Efeitos Integrados: 11 modos de efeitos de iluminação pré-programados para diferentes cenários de gravação. Especificações Físicas e Alimentação: Alimentação: Fonte externa inclusa (Saída 20V 6A). Peso do Equipamento: 3,3 kg (equilíbrio entre robustez e portabilidade). Garantia e Durabilidade: Garantia do Fabricante: Mínima de 01 (um) ano.</p>	Unid.	8	6		
42	<p>Sistema para Estúdio Suspenso em Trilho Características:- Possui trilhos fixos e móveis- Encaixa acessórios por meio de tesouras pantográficas- Encaixa acessórios por meio de braços telescópicos- Aproveita toda a extensão do estúdio- Não compromete o espaço de circulação Conteúdo:- 04- Trilhos com 3 m de comprimento- 04- Braços Pantográficos- 02- Kits Fim de curso- 06- Suportes Fixos RS para teto- 08- Carrinhos Passa-cabos RS- 04- Cabos de Segurança RSGarantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	4	3		
43	<p>Cabo de Áudio -50 metros- Tipo de Conexão: Conectores P10 (Macho) em ambas as extremidades. Recurso Especial (Entrada): Conector com tecnologia Mute integrada, permitindo a desconexão do equipamento sem ruídos ou estalos no sistema de som. Comprimento: 50 metros Construção do Condutor: Bitola: 20 AWG (0,50 mm²). Material: Fabricado em liga de cobre livre de oxigênio (OFHC) para alta condutividade. Blindagem: Trança de cobre e fita de alumínio para máxima proteção contra interferências eletromagnéticas (EMI) e radiofrequência (RFI). Durabilidade e Revestimento: Revestimento externo em PVC de alta flexibilidade e resistência mecânica. Conectores com acabamento em material isolante de alta performance Garantia mínima do fabricante: 1 anos</p>	Unid.	3	2		

44	Conectores XLR MachoTipo de Conexão: XLR de 3 pinos (Padrão Canon).Gênero: Macho (Saída de sinal).Construção do Corpo: Fabricado em liga metálica fundida (Zinco/Alumínio) para alta durabilidade e blindagem contra interferências eletromagnéticas.Contatos:Material: Pinos banhados (Prata ou Ouro) para garantir condutividade superior.Sistema de Travamento: Encaixe preciso com guia para evitar conexões invertidas.Mecânica de Montagem:Alívio de Tensão: Bucha de borracha ou polímero flexível na saída do cabo para evitar quebras por dobramento.Fixação: Sistema de mandril interno que trava o cabo firmemente ao corpo do conector.Isolamento: Núcleo em termoplástico de alta resistência térmica (suporta soldagens repetidas sem deformação).Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	16	12		
45	Conectores XLR FêmeaTipo de Conexão: XLR de 3 pinos (Padrão Canon).Gênero: Fêmea (Entrada de sinal).Construção do Corpo: Fabricado em liga metálica fundida de alta resistência para proteção mecânica e blindagem contra interferências (RFI/EMI).Mecanismo de Segurança:Trava de Engate: Sistema de trava metálica com botão de liberação (latch lock) para evitar desconexão acidental.Encaixe Preciso: Contatos internos projetados para máxima pressão e área de contato.Mecânica de Montagem:Bucha de Alívio de Tensão: Polímero flexível na saída do cabo para evitar fadiga por flexão.Sistema de Mandril Interno: Garante a fixação firme do cabo ao corpo do conector.Isolamento Interno: Núcleo em polímero de alta resistência térmica para suportar múltiplas soldagens sem degradação.Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	16	12		

46	Conectores P2 estéreoTipo de Conexão: TRS (Tip-Ring-Sleeve) de 3,5 mm (Padrão P2).Configuração de Sinal: Estéreo (Canais Esquerdo, Direito e Terra/Ground).Gênero: Macho (Linha).Construção do Corpo:Material: Carcaça em liga metálica fundida ou latão usinado para alta durabilidade.Acabamento: Niquelado ou banhado a ouro para minimizar a oxidação e garantir afidelidade do sinal.Mecânica de Montagem:Design Slim: Corpo estreito para facilitar a conexão em dispositivos com capas protetoras ou entradas embutidas.Mola ou Bucha de Alívio: Sistema de proteção na saída do cabo para evitar quebras por dobramento excessivo.Isolamento Interno: Polímero resistente ao calor para suportar o processo de soldagem manual.Garantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	16	12		
47	Conectores P10 estéreoTipo de Conexão: TRS (Tip-Ring-Sleeve) de 6,35 mm (Padrão P10).Configuração de Sinal: Estéreo (L/R) ou Balanceado (Positivo/Negativo/Terra).Gênero: Macho (Linha).Construção do Corpo: * Material: Carcaça robusta em liga de zinco ou latão usinado.Acabamento: Niquelado de alta resistência para suportar centenas de ciclos de inserção e extração.Mecânica de Montagem:Ponta (Tip): Usinada em peça única para evitar que se solte dentro do equipamento.Alívio de Tensão: Sistema de mola externa ou bucha plástica interna para proteção do cabo contra dobras acentuadas.Isolamento: Espaçadores em polímero de alta densidade para garantir a separação dos canaisGarantia mínima do fabricante: 1 anos	Unid.	16	12		

48	<p>Interface de áudio com 4 canais Canais de E/S: Analógico/Digital 4 entradas / 4 saídas DSP Integrado: Não Taxa Máxima de Amostragem: 192 kHz / 24 bits Entradas de Microfone: 4 Microfone Embutido: Não Ajuste do Nível de Entrada: 4x Botão</p> <p>Conectividade Entrada/Saída de Áudio Analógico: 4x Entradas XLR-1/4" TRS Combinadas balanceadas/não balanceadas para microfone/linha/alta impedância (painel frontal) 4x Entradas TRS de 1/4" de inserção 2x Saídas XLR de 3 pinos Balanceadas 4x Saídas TRS de 1/4" de linha 1x Saída TRS de 1/4" para fone de ouvido (painel frontal) 2x Saídas TRS de 1/4" principais balanceadas 4 saídas de linha RCA desbalanceadas Garantia do Fabricante: Mínima de 01 (um) ano.</p>	Unid.	3	2		
TOTAL						

OBS: Justificamos que a diferença de valores constante no Termo de Referência – TDR e no Mapa Comparativo (Estimativa) do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Públicos do Acre – GRP, ocorre pelo fato do Sistema GRP utilizar três casas decimais após a vírgula e no TDR são utilizadas apenas duas casas decimais, sem arredondamento, visto que no ato da licitação é usado apenas duas casas decimais para classificação das propostas.

Valor total: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxx (xx).

11. EXCLUSIVIDADE/BENEFÍCIO ME/EPP

11.1. Será permitido às licitantes enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, habilitando-se ao tratamento favorecido previsto em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da verificação pela Administração.

11.2. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

12. DO QUANTITATIVO

12.1. A Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM não se obriga à contratação integral dos quantitativos estimados neste Termo de Referência, constituindo tais quantitativos mera expectativa de contratação, a ser concretizada de acordo com a necessidade administrativa, a conveniência institucional e a disponibilidade orçamentária.

12.2. Os bens permanentes de informática não adquiridos de imediato permanecerão registrados em Ata de Registro de Preços, para atendimento de demandas futuras e eventuais da SECOM, da Fundação Aldeia de Comunicação e das unidades do Sistema Público de Comunicação do Estado do Acre, durante o prazo de vigência da ata e na forma da legislação aplicável.

13. DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar na proposta de preços, obrigatoriamente as marcas para os materiais ou equipamentos cotados, sem houver;

13.2. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula;

13.3. Os materiais deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, sob pena de desclassificação, tais como: descrição completa, detalhada e individualizada do objeto cotado, com a indicação da procedência quando se tratar de material importado, informando a marca, quantidade e unidade;

13.4. Se houver **indícios de inexequibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **deverá ser efetuadas diligências**, na forma do art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, a exemplo das enumeradas

no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

13.5. Em caso de empresas revendedoras ofertar preços mais baixos que os valores praticados pela fabricante e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante, **será obrigatória a realização de diligências** para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta, apresentando:

- a) Justificativa sobre o preço abaixo de custo, caso contrário, estará infringindo a ordem econômica (art. 36, § 3º, XV da Lei 12.529/2011);
- b) Apresentação de notas fiscais dos produtos ofertados pelo proponente ou orçamento de preço com a fabricante dos insumos ofertados;
- c) Apresentação de planilha de custos, contendo as seguintes informações: notas fiscais dos produtos ofertados pelo proponente ou orçamento do produto pela fabricante da marca apresentada, imposto sobre a venda do produto no Estado do Acre, logística e lucro.

13.6. Se a **proposta apresenta valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 227 do Decreto estadual 11.363/2023, poderá realizar-se diligência** para comprovar a exequibilidade da proposta, apresentado os **documentos descritos no subitem 13.4 e 13.5 do Termo de Referência.**

13.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

13.8. Em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, **em se tratando de preços, deverá ser encaminhado para este órgão realizar as respectivas diligências.**

13.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

13.10. Validade da proposta de preços será de 60 (sessenta) dias.

13.11. **Após a etapa de lances e negociação, o pregoeiro (a) suspenderá a sessão e apresentará a proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, ao técnico ou equipe técnica da SECOM, responsáveis por analisar e expedir o competente parecer técnico sobre os bens permanentes de informática ofertados, o técnico ou equipe técnica deverá sugerir a desclassificação da licitante que não atender a especificação do edital.**

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

14.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital (**patrimônio líquido será igual a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**).

14.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

14.3.1. Comprovação de Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado.

15. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

15.1. Todos os equipamentos, itens avulsos e respectivos acessórios vinculados ao objeto da contratação deverão ser entregues exclusivamente na sede da Secretaria de Estado de Comunicação do Acre – SECOM, localizada na Rua Franco Ribeiro, nº 51, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69.900-082.

15.2. O prazo para entrega dos equipamentos será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Entrega expedida pela SECOM, admitida prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada pela contratada e previamente aceita pela Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo originalmente fixado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

16. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. Os equipamentos e respectivos acessórios serão recebidos pelo setor competente da Secretaria de Estado de Comunicação do Acre – SECOM, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, contendo a descrição completa dos itens fornecidos, o número do item correspondente, o número do contrato, o número da Ordem de Entrega e o número da Nota de Empenho.

16.2. Somente serão recebidos os produtos na sua totalidade da Ordem de Entrega.

16.3. Serão recusados os bens permanentes de informática e respectivos acessórios entregues em desconformidade com as especificações e condições contratuais, bem como aqueles que apresentem avarias, defeitos, indícios de uso, violação de lacre ou embalagem/acondicionamento inadequados, sempre que tais ocorrências comprometam a integridade, a identificação, a garantia ou o adequado funcionamento do objeto.

16.4. Os bens permanentes de informática e respectivos acessórios objeto deste Termo de Referência deverão ser

novos, de primeiro uso e originais de fábrica, não sendo admitidos produtos usados, reformados, remanufaturados, reconicionados ou provenientes de mostruário. Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e, **quando aplicável ao respectivo item**, possuir certificações, registros, selos de conformidade ou homologações exigidos pela legislação e pelos órgãos competentes, inclusive pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como observar as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou outras normas tecnicamente reconhecidas, quando cabíveis.

16.5. No ato da entrega, o setor responsável designado pela SECOM irá efetuar a conferência e homologação do objeto contratado, e constará das seguintes fases:

16.5.1. Comprovação de que os equipamentos e respectivos acessórios atendem às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela CONTRATADA.

16.5.2. Teste de eficácia nos equipamentos contratados, se for o caso.

16.6. O período de inspeção será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

16.7. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas pela SECOM e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o Setor responsável designado pela SECOM emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado, 05 (cinco) dias úteis após o vencimento do termo de recebimento provisório.

16.8. O objeto licitado estará sujeito à aceitação pela SECOM, a qual caberá o direito de recusar, caso não esteja (am) de acordo com o especificado.

16.9. Em caso de recusa, a empresa substituirá no prazo de 30 (trinta) dias corridos podendo ser menos, conforme a urgência pelo órgão, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Decorrido esse prazo e não havendo a devida reparação, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis.

16.10. Se a contratada, eventualmente já estiver em mora quando da entrega, o prazo de até 30 (trinta) dias acima citado será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória.

16.11. Os custos da substituição do(s) item(itens) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

16.12. A SECOM não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer no objeto rejeitado após o prazo de substituição e poderá dar a destinação que julgar conveniente ao objeto rejeitado em suas dependências.

16.13. O fornecedor deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do produto correto.

16.14. A notificação de rejeição interrompe os prazos de recebimento correntes e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

16.15. Caso a substituição/reparação dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

16.16. Ocorrendo, pela segunda vez, rejeição de qualquer objeto, o instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência poderá ser rescindido, sem prejuízo da imposição de sanções ao fornecedor.

16.17. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso.

16.18. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos produtos fornecidos.

16.19. O objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com os quantitativos informados na nota fiscal.

16.20. A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser emitida após autorização de faturamento emitida pelo setor competente da SECOM e deverá ser entregue acompanhada dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

16.21. São de inteira responsabilidade da contratada todos os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento dos bens permanentes de informática e respectivos acessórios, inclusive despesas com embalagem, acondicionamento, seguro, transporte, frete, carga e descarga, tributos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA(S) DE TRABALHO	ELEMENTO(S) DE DESPESA	FONTES
24122228621030000 – Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais da SECOM	33.90.30.00.00 – Material de Consumo	15000100
24722144210510000 - Melhoria, Modernização e Inovação dos Serviços da Secom	44.90.52.00.00 - Equipamento e Material Permanente	27063110

18. FORMA DE PAGAMENTO

18.1. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Portanto faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa [Clique aqui para acessar o formulário], através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (Pessoa Jurídica - Inclusão). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente –R\$ 37,26) , acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; [Clique aqui para emitir o DAE] (Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 – 2 – 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 – 2 10 – 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 – 2 – 10 – 2 – 1 (Inclusão)).

18.2. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de email: cadastrodecredoresac@gmail.com para a efetivação do cadastro.

18.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, serão reduzidos pela metade, conforme incisos I e II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período.

18.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

18.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.15. **Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.**

18.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.16.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento

ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18.18. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscal Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.

18.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG);

18.20. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

18.21. A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

18.22. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

18.23. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

18.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, em conformidade ao art. 145 da lei 14.133/2021.

18.25. Nota fiscal

18.25.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções;

18.25.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da:

a) Secretaria de Estado de Comunicação;

b) CNPJ: 04.043.824/0001-08;

c) Rua Doutor Franco Ribeiro, 51, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-082 - Município de Rio Branco-AC.

19. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023; Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

19.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar a ATA de registro de preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

19.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender

durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

19.5. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato ou documento equivalente.

19.6. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento do material, estará caracterizado o compromisso de entrega dos mesmos.

20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O prazo de vigência da contratação iniciar-se-á na data da última assinatura aposta no instrumento contratual e perdurará até o encerramento do respectivo exercício financeiro, a saber ____/____/____, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Não concluído o objeto no prazo inicialmente fixado, e por se tratar de contratação com escopo predefinido, a vigência será automaticamente prorrogada pelo período necessário à sua conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a correspondente adequação ser formalizada por termo aditivo, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da contratada e da aplicação das penalidades cabíveis, quando o atraso lhe for imputável.

20.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

20.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei N.º 14.133/2021, e a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos– SELIC, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

21.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

24. DA FISCALIZAÇÃO

24.1. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021 e art. 18, XXI, § 3º, do Decreto nº 11.363/2023, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

24.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

24.3. Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos contratuais, se necessário e devidamente justificado;

24.4. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

24.5. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

24.6. Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.

24.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

24.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

24.9. **Do gestor de contrato (art. 15 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**

24.9.1. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

24.9.1.1. solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário.

24.9.1.2. emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens

de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual.

24.9.1.3. indicar os fiscais de contrato e seus substitutos.

24.9.1.4. dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização.

24.9.1.5. quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.

24.9.1.6. acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato.

24.9.1.7. analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato.

24.9.1.8. observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro.

24.9.1.9. decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública.

24.9.1.10. quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais.

24.9.1.11. analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

24.9.1.12. tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução.

24.9.1.13. exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência.

24.9.1.14. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato.

24.9.1.15. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

24.9.1.16. acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

24.9.1.17. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública.

24.9.1.18. receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

24.9.1.19. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP.

24.9.1.20. preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

24.9.1.21. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

24.9.1.22. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal de contrato provisório deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

24.9.1.23. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.

24.10. **Do fiscal de contrato (art. 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**

24.10.1. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

24.10.2. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

24.10.3. Quando couber o objeto, o fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.

24.10.4. A função de fiscal de contrato/ATA deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato/ATA quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

24.10.4.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato/ATA, subsidiando-o de informações pertinentes às suas

competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

24.10.4.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ATA, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

24.10.4.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato/ATA, determinando prazo para a correção;

24.10.4.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato/ATA, quando couber o objeto;

24.10.4.5. informar ao gestor de contrato/ATA, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

24.10.4.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

24.10.4.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato/ATA, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras, quando couber o objeto;

24.10.4.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

24.10.4.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, quando couber o objeto;

24.10.4.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

24.10.4.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando couber o objeto;

24.10.4.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

24.10.4.13. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras, quando couber o objeto;

24.10.4.14. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

24.10.4.15. verificar a correta aplicação dos materiais;

24.10.4.16. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos, quando couber o objeto;

24.10.4.17. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

24.10.4.18. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

24.10.4.19. no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores, quando couber o objeto:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA e Registro de Responsabilidade Técnica - RRTs, referentes aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

24.10.4.20. comunicar ao gestor de contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação; e outras atividades compatíveis com a função.

24.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.12. O representante da Administração Pública anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

24.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

- a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) a satisfação do público usuário.

24.14. O fiscal de contrato/ATA deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

24.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.17. **Quando couber o objeto**, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

24.17.1. no caso de empresas regidas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT):

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição da República, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em relação aos empregados vinculados ao contrato.

24.17.2. no caso de cooperativas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

24.17.3. no caso de sociedades diversas, tais como as OSCIPs e as Organizações Sociais - OS, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

24.17.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devendo ser observadas, dentre outras

questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações de contrato de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

24.17.5. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

24.17.6. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Fornecer os bens permanentes de informática e respectivos acessórios em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, marcas/modelos ofertados, quando exigíveis, e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

25.2. Entregar os bens em perfeitas condições de uso e funcionamento, novos, de primeiro uso, originais de fábrica, sem qualquer indício de uso anterior, reforma, recondicionamento, remanufatura ou reaproveitamento.

25.3. Efetuar a entrega no prazo, local e horário fixados pela Administração, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, contendo, no mínimo, a descrição completa do item, marca, fabricante, modelo, número de série, quando cabível, número do contrato, número da Ordem de Entrega e da Nota de Empenho.

25.4. Fornecer todos os acessórios, componentes, cabos, conectores, adaptadores, drivers, manuais, mídias, licenças e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, ainda que não expressamente mencionados, quando indispensáveis à regular utilização do objeto.

25.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os bens recusados no recebimento, bem como aqueles que apresentarem defeitos, vícios, avarias, incompatibilidades, desconformidades com as especificações exigidas ou funcionamento inadequado, sem qualquer ônus para a Contratante.

25.6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, bem como pela qualidade, desempenho, compatibilidade e segurança dos bens entregues, observado o disposto na legislação aplicável e nas garantias legais e contratuais pertinentes.

25.7. Prestar garantia mínima do fabricante e/ou garantia contratual, quando exigida no Termo de Referência, assegurando atendimento técnico, manutenção, reparo, substituição de peças e suporte necessário durante o respectivo período.

25.8. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo de entrega, qualquer fato superveniente que impeça o cumprimento da obrigação, devidamente justificado e comprovado, para fins de análise pela Contratante.

25.9. Atender prontamente às solicitações, diligências e exigências da fiscalização contratual, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários à verificação da conformidade do objeto entregue, sem ônus adicional para a Contratante.

25.10. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive despesas com embalagem, acondicionamento, seguro, transporte, frete, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento.

25.11. Responder pelos atos de seus empregados, prepostos, representantes e terceiros eventualmente vinculados à execução contratual, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, culpa ou dolo, durante a execução do contrato.

25.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração que possa comprometer a regularidade da contratação.

25.13. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas". (Art. 116 da Lei nº 14.133/21).

26. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1. Exigir o cumprimento integral do objeto contratado, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta da contratada.

26.2. Receber os bens permanentes de informática e respectivos acessórios no local, prazo e condições estabelecidos, por meio do setor ou servidor responsável, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa do objeto entregue.

26.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, inclusive quanto à entrega, integridade, conformidade técnica e regular funcionamento dos bens, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.

26.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações técnicas, com defeitos, avarias, vícios, incompatibilidades ou quaisquer outras desconformidades, mediante motivação formal.

26.5. Fornecer à contratada as informações, orientações e instruções necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto ao local, forma e condições de entrega.

26.6. Designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação

aplicável.

26.7. Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades ou descumprimentos verificados na execução contratual, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

26.8. Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no Termo de Referência, no contrato e na legislação pertinente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

26.9. Efetuar o pagamento devido à contratada nas condições, prazos e valores pactuados, após o recebimento do objeto, atesto da nota fiscal e verificação da regular execução contratual.

26.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, desde que necessários à execução do objeto.

26.11. Comunicar previamente à contratada, por escrito, sobre a aplicação de eventuais sanções administrativas e sobre a existência de débitos decorrentes do inadimplemento contratual.

27. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

27.1. Durante a vigência do presente Contrato, os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas no § 8º do art. 25 e no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência dos fatores ensejadores. Igualmente, admite-se a revisão para adequação aos novos preços praticados no mercado, caso comprovada a redução ou aumento dos custos dos insumos ou dos serviços contratados.

27.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

27.3. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

27.4. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

27.5. Enquanto estiverem em análise eventuais pedidos de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá manter o regular fornecimento dos bens permanentes de informática e respectivos acessórios, vedada a suspensão da execução contratual, e os pagamentos devidos pela Administração continuarão sendo realizados com base nos valores contratualmente vigentes, até ulterior deliberação.

27.6. **A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "reajuste/revisão de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.**

27.7. DA REVISÃO

27.7.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

27.7.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

27.7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

27.7.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

27.7.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

27.8. DO REAJUSTE

27.8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

27.8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, aplicando-se o índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

28. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante

anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto nº 11.363/2023.

28.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

28.3. **A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

28.4. **A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização**, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preço.

28.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciado.

28.6. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder**, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e a soma de todas as adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder**, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

29. DAS PENALIDADES

29.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010).

29.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

29.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada **“se houver”**, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

29.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

29.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

29.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

29.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

29.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

29.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

29.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 5.965/10.

29.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

29.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês**.

29.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações -

SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

29.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

29.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

29.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

29.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

29.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

29.20. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

29.21. **A multa** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos** (art. 19, Decreto Estadual nº. 5.965/10):

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,
- IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

30. RESCISÃO CONTRATUAL

30.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

30.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

30.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

30.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

30.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

30.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

30.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da

Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

30.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

30.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

31. ANTICORRUPÇÃO

31.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

31.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

31.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

a) **E-mail:** ouvidoria.secom@ac.gov

b) **Telefone:** (68)3215-4113

c) **Endereço:** Rua Dr. Franco Ribeiro, 51 - Centro, Rio Branco - Acre, CEP: 69900-082.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Elaborado Por:

Caio Cezar da Silva Tavares
Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação - DITEI
Decreto nº 754-P de 12/01/2023

Ordenadora de Despesa:

Nayara Maria Pessoa Lessa
Secretária de Estado de Comunicação
Decreto nº 17-P de 1º/1/2023



Documento assinado eletronicamente por **CAIO CEZAR DA SILVA TAVARES, Chefe de Divisão**, em 09/06/2026, às 13:01, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **NAYARA MARIA PESSOA LESSA, Secretário(a) de Estado de Comunicação**, em 09/06/2026, às 13:20, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021250157** e o código CRC **346DD387**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0007.013278.00020/2026-22

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2024/SECOM
PROCESSO Nº ____
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. ____/202 ____

Validade da Ata: ____ meses

Aos ____ do mês de ____ do ano de dois e mil e vinte e quatro, na sede da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO – SECOM**, localizada na rua Doutor Franco Ribeiro, 51, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-082, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº. 04.043.824/0001-08, neste ato representada pela Secretária de Estado de Comunicação, Sra. **Nayara Maria Pessoa Lessa**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº. 395035/SSP/AC e inscrito no CPF sob o nº. 735.224.572-34, domiciliada e residente na cidade de Rio Branco/AC, nomeado através do Decreto Estadual nº 17-P de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, atendendo as condições previstas no Edital **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. ____/202____, do Processo nº. _____**, homologada em ____ de ____ de 202____, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.363/2023, Decreto Estadual nº. 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada.

RESOLVE:

REGISTRAR OS PREÇOS adjudicados em favor da empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, Nº _____, Bairro _____, CEP: _____, telefone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo (a) senhor (a) _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, de acordo com o Edital do pregão em epígrafe e seus anexos e Proposta da licitante classificada em primeiro lugar para os itens, que passam a fazer parte da presente ATA, independente de transcrição.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de [descrever o objeto], para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O preço registrado as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

_____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, Nº _____, Bairro _____, CEP: _____, telefone: _____, e-mail _____, neste ato representado pelo (a) senhor (a) _____.						
Item	Descrição do Item	Unidade de	Qtde para registro	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						
2						
3						
VALOR TOTAL						

2.2. O preço da Ata em epígrafe é de R\$_____.

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto nº 11.363/2023.

3.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.3. **A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

3.4. **A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização**, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preço.

3.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciado.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder**, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e a soma de todas as adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder**, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

4. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

4.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

4.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da última assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023; Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

5.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar a ATA de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

5.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

5.5. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato ou documento equivalente.

5.6. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento do material, estará caracterizado o compromisso de entrega dos mesmos.

6. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência do presente Contrato, os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas no § 8º do art. 25 e no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência dos fatores ensejadores. Igualmente, admite-se a revisão para adequação aos novos preços praticados no mercado, caso comprovada a redução ou aumento dos custos dos insumos ou dos serviços contratados.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

6.3. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

6.4. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.5. Enquanto estiverem em análise eventuais pedidos de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá manter o regular fornecimento dos bens permanentes de informática e respectivos acessórios, vedada a suspensão da execução contratual, e os pagamentos devidos pela Administração continuarão sendo realizados com base nos valores contratualmente vigentes, até ulterior deliberação.

6.6. **A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "reajuste/revisão de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.**

6.7. **DA REVISÃO**

6.7.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

6.7.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

6.7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

6.7.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

6.7.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

6.8. **DO REAJUSTE**

6.8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

6.8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, aplicando-se o índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

7. **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado, conforme ao art. 331 e 332 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e quando:

7.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

7.1.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento do material, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.

7.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

7.3. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço não ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

8. **DAS PENALIDADES**

8.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010).

8.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

8.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada **“se houver”**, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

8.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

8.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

8.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

8.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

8.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 5.965/10.

8.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

8.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês**.

8.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

8.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

8.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

8.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

8.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

8.20. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - impedimento de licitar e contratar; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.21. A **multa** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos** (art. 19, Decreto Estadual nº. 5.965/10):

I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, pagamentos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

10. DA PUBLICIDADE

10.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado e no Portal Nacional de Compras, conforme o disposto no art. 307, XII; art. 322, II, § 2º do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integra esta Ata, o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. _____/202____**, anexos e a proposta da empresa classificada em 1º, lugar no certame supracitado.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes dos Decretos Estaduais nº. 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), 7.477/14 (acesso à informação), Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.363/2023.

11.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

11.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

ÓRGÃO GERENCIADOR
NAYARA MARIA PESSOA LESSA
Secretária de Estado de Comunicação
Decreto nº 17-P, de 1º de janeiro de 2023

FORNECEDOR



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA LEAL DO VALE**, Cargo **Comissionado**, em 09/06/2026, às 09:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021237737** e o código CRC **AD06C165**.

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº _____/2024/SECOM

PROCESSO Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. ____/202____

Validade da Ata: ____ meses

ENCARTE I

Relação do Fornecedor Preços Registrados por ocasião do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº _____/202____

_____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, Nº _____, Bairro _____, CEP: _____, telefone: _____, e-mail _____, neste ato representado pelo (a) senhor (a) _____.

Item	Descrição do Item	Unidade de	Qtde para registro	Marca	Valor Unitário
1					
2					
3					
VALOR TOTAL					

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da última assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023; Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

DATA DA ASSINATURA: ____ de ____ de 202__.

ASSINAM: A Senhora **Nayara Maria Pessoa Lessa**, Secretária de Estado de Comunicação - SECOM e o (a) Senhor(a) _____, representante da empresa _____.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 12/2026/SECOM - DICONLI

Unidade Gestora: SECOM

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º _____/_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º _____/_____

PROCESSO N.º _____

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º _____/_____

**AQUISIÇÃO DE _____ QUE
CELEBRAM ENTRE SI A SECRETARIA DE
ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM E
A EMPRESA**

O Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.043.824/0001-08, com sede na rua Doutor Franco Ribeiro, 51, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-082, neste ato representado pela Secretária de Estado de Comunicação, Sra. **Nayara Maria Pessoa Lessa**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº. 395035/SSP/AC e inscrito no CPF sob o nº. 735.224.572-34, domiciliada e residente na cidade de Rio Branco/AC, nomeado através do Decreto Estadual nº 17-P de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado à empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. _____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, Telefones: _____, e-mail: _____, em [descrever município e estado], neste ato representada pelo senhor _____, brasileiro, [descrever estado civil], [descrever ocupação], portador do RG nº. _____ e do CPF nº. _____, residente e domiciliado _____, n. _____, Bairro _____ - [descrever município e estado], doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta no **Processo Administrativo SEI N.º _____**, **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º _____**, **Ata de Registro de Preço nº _____**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.363/2023, Decreto Estadual nº. 5.965/10 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções), Lei nº.8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), 7.477/14 (acesso à informação), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a _____, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, que integrou o Edital de Licitação modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP nº _____, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº. SEI _____.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

2.2. A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos e respectivos acessórios, com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD CONTRATADO	QTD REGISTRADA	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1							
VALOR TOTAL							

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. Todos os equipamentos, itens avulsos e respectivos acessórios vinculados ao objeto da contratação deverão ser entregues exclusivamente na sede da Secretaria de Estado de Comunicação do Acre – SECOM, localizada na Rua Franco Ribeiro, nº 51, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69.900-082.

3.2. O prazo para entrega dos equipamentos será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Entrega expedida pela SECOM, admitida prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada pela contratada e previamente aceita pela Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo originalmente fixado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os equipamentos e respectivos acessórios serão recebidos pelo setor competente da Secretaria de Estado de Comunicação do Acre – SECOM, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, contendo a descrição completa dos itens fornecidos, o número do item correspondente, o número do contrato, o número da Ordem de Entrega e o número da Nota de Empenho.

4.2. Somente serão recebidos os produtos na sua totalidade da Ordem de Entrega.

4.3. Serão recusados os bens permanentes de informática e respectivos acessórios entregues em desconformidade com as especificações e condições contratuais, bem como aqueles que apresentem avarias, defeitos, indícios de uso, violação de lacre ou embalagem/acondicionamento inadequados, sempre que tais ocorrências comprometam a integridade, a identificação, a garantia ou o adequado funcionamento do objeto.

4.4. Os bens permanentes de informática e respectivos acessórios objeto deste Termo de Referência deverão ser **novos, de primeiro uso e originais de fábrica**, não sendo admitidos produtos usados, reformados, remanufaturados, reconicionados ou provenientes de mostruário. Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e, **quando aplicável ao respectivo item**, possuir certificações, registros, selos de conformidade ou homologações exigidos pela legislação e pelos órgãos competentes, inclusive pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como observar as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou outras normas tecnicamente reconhecidas, quando cabíveis.

4.5. No ato da entrega, o setor responsável designado pela SECOM irá efetuar a conferência e homologação do objeto contratado, e constará das seguintes fases:

4.5.1. Comprovação de que os equipamentos e respectivos acessórios atendem às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela CONTRATADA.

4.5.2. Teste de eficácia nos equipamentos contratados, se for o caso.

4.6. O período de inspeção será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

4.7. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas pela SECOM e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, o Setor responsável designado pela SECOM emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado, 05 (cinco) dias úteis após o vencimento do termo de recebimento provisório.

4.8. O objeto licitado estará sujeito à aceitação pela SECOM, a qual caberá o direito de recusar, caso não esteja (am) de acordo com o especificado.

4.9. Em caso de recusa, a empresa substituirá no prazo de 30 (trinta) dias corridos podendo ser menos, conforme a urgência pelo órgão, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Decorrido esse prazo e não havendo a devida reparação, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis.

4.10. Se a contratada, eventualmente já estiver em mora quando da entrega, o prazo de até 30 (trinta) dias acima citado será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória.

4.11. Os custos da substituição do(s) item(itens) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

4.12. A SECOM não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer no objeto rejeitado após o prazo de substituição e poderá dar a destinação que julgar conveniente ao objeto rejeitado em suas dependências.

4.13. O fornecedor deverá retirar o produto recusado no momento da entrega do produto correto.

4.14. A notificação de rejeição interrompe os prazos de recebimento correntes e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

4.15. Caso a substituição/reparação dos objetos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

4.16. Ocorrendo, pela segunda vez, rejeição de qualquer objeto, o instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência poderá ser rescindido, sem prejuízo da imposição de sanções ao fornecedor.

4.17. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso.

4.18. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos produtos fornecidos.

- 4.19. O objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com os quantitativos informados na nota fiscal.
- 4.20. A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá ser emitida após autorização de faturamento emitida pelo setor competente da SECOM e deverá ser entregue acompanhada dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.
- 4.21. São de inteira responsabilidade da contratada todos os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento dos bens permanentes de informática e respectivos acessórios, inclusive despesas com embalagem, acondicionamento, seguro, transporte, frete, carga e descarga, tributos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Portanto faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa [Clique aqui para acessar o formulário], através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (Pessoa Jurídica - Inclusão). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente –R\$ 37,26) , acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; [Clique aqui para emitir o DAE] (Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 - 2 - 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 - 2 10 - 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 - 2 - 10 - 2 - 1 (Inclusão)).
- 5.2. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de email: cadastrodecredoresac@gmail.com para a efetivação do cadastro.
- 5.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, serão reduzidos pela metade, conforme incisos I e II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período.
- 5.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.15. **Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.**

5.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.16.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.18. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscais Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.

5.19. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG);

5.20. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

5.21. A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.22. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

5.23. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

5.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, em conformidade ao art. 145 da lei 14.133/2021.

5.25. Nota fiscal

5.25.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções;

5.25.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da:

a) Secretaria de Estado de Comunicação;

b) CNPJ: 04.043.824/0001-08;

c) Rua Doutor Franco Ribeiro, 51, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-082 - Município de Rio Branco-AC.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da SECOM, Programa de Trabalho: _____, Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente, Fonte de Recursos: _____.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência da contratação iniciar-se-á na data da última assinatura aposta no instrumento contratual e perdurará até o encerramento do respectivo exercício financeiro, a saber ____/____/____, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Não concluído o objeto no prazo inicialmente fixado, e por se tratar de contratação com escopo predefinido, a vigência será automaticamente prorrogada pelo período necessário à sua conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a correspondente adequação ser formalizada por termo aditivo, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da contratada e da aplicação das penalidades cabíveis, quando o atraso lhe for imputável.

7.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

7.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei N.º 14.133/2021, e a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos– SELIC, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer os bens permanentes de informática e respectivos acessórios em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, marcas/modelos ofertados, quando exigíveis, e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

8.2. Entregar os bens em perfeitas condições de uso e funcionamento, novos, de primeiro uso, originais de fábrica, sem qualquer indício de uso anterior, reforma, recondicionamento, remanufatura ou reaproveitamento.

8.3. Efetuar a entrega no prazo, local e horário fixados pela Administração, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, contendo, no mínimo, a descrição completa do item, marca, fabricante, modelo, número de série, quando cabível, número do contrato, número da Ordem de Entrega e da Nota de Empenho.

8.4. Fornecer todos os acessórios, componentes, cabos, conectores, adaptadores, drivers, manuais, mídias, licenças e demais itens necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, ainda que não expressamente mencionados, quando indispensáveis à regular utilização do objeto.

8.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os bens recusados no recebimento, bem como aqueles que apresentarem defeitos, vícios, avarias, incompatibilidades, desconformidades com as especificações exigidas ou funcionamento inadequado, sem qualquer ônus para a Contratante.

8.6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, bem como pela qualidade, desempenho, compatibilidade e segurança dos bens entregues, observado o disposto na legislação aplicável e nas garantias legais e contratuais pertinentes.

8.7. Prestar garantia mínima do fabricante e/ou garantia contratual, quando exigida no Termo de Referência, assegurando atendimento técnico, manutenção, reparo, substituição de peças e suporte necessário durante o respectivo período.

8.8. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo de entrega, qualquer fato superveniente que impeça o cumprimento da obrigação, devidamente justificado e comprovado, para fins de análise pela Contratante.

8.9. Atender prontamente às solicitações, diligências e exigências da fiscalização contratual, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários à verificação da conformidade do objeto entregue, sem ônus adicional para a Contratante.

8.10. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive despesas com embalagem, acondicionamento, seguro, transporte, frete, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento.

8.11. Responder pelos atos de seus empregados, prepostos, representantes e terceiros eventualmente vinculados à execução contratual, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, culpa ou dolo, durante a execução do contrato.

8.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração que possa comprometer a regularidade da contratação.

8.13. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas”. (Art. 116 da Lei nº 14.133/21).

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento integral do objeto contratado, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta da contratada.

9.2. Receber os bens permanentes de informática e respectivos acessórios no local, prazo e condições estabelecidos, por meio do setor ou servidor responsável, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa do objeto entregue.

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, inclusive quanto à entrega, integridade, conformidade técnica e regular funcionamento dos bens, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.

- 9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações técnicas, com defeitos, avarias, vícios, incompatibilidades ou quaisquer outras desconformidades, mediante motivação formal.
- 9.5. Fornecer à contratada as informações, orientações e instruções necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto ao local, forma e condições de entrega.
- 9.6. Designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação aplicável.
- 9.7. Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades ou descumprimentos verificados na execução contratual, para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- 9.8. Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no Termo de Referência, no contrato e na legislação pertinente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 9.9. Efetuar o pagamento devido à contratada nas condições, prazos e valores pactuados, após o recebimento do objeto, atesto da nota fiscal e verificação da regular execução contratual.
- 9.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, desde que necessários à execução do objeto.
- 9.11. Comunicar previamente à contratada, por escrito, sobre a aplicação de eventuais sanções administrativas e sobre a existência de débitos decorrentes do inadimplemento contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 12.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- 13.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010).
- 13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 13.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “**se houver**”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 13.4. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 13.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 13.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 13.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.
- 13.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 13.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente o Decreto Estadual nº. 5.965/10.
- 13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator,

o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

13.13. O valor da **multa aplicada após regular processo administrativo**, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, **acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês**.

13.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.16. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

13.17. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

13.18. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

13.19. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

13.20. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na SECOM, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.

13.21. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.22. **A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos (art. 19, Decreto Estadual nº. 5.965/10):**

- a) 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- c) 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,
- d) 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

14.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

14.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

14.4. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

14.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

14.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

14.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

14.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021 e art. 18, XXI, § 3º, do Decreto nº 11.363/2023, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.3. Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos contratuais, se necessário e devidamente justificado;

15.4. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

15.5. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

15.6. Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.

15.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

15.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.9. **Do gestor de contrato (art. 15 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**

15.9.1. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

15.9.1.1. solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário.

15.9.1.2. emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual.

15.9.1.3. indicar os fiscais de contrato e seus substitutos.

15.9.1.4. dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização.

15.9.1.5. quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual.

15.9.1.6. acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato.

15.9.1.7. analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato.

- 15.9.1.8. observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro.
- 15.9.1.9. decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública.
- 15.9.1.10. quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais.
- 15.9.1.11. analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.
- 15.9.1.12. tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução.
- 15.9.1.13. exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência.
- 15.9.1.14. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato.
- 15.9.1.15. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.
- 15.9.1.16. acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 15.9.1.17. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública.
- 15.9.1.18. receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 15.9.1.19. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP.
- 15.9.1.20. preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.
- 15.9.1.21. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 15.9.1.22. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal de contrato provisório deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 15.9.1.23. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.
- 15.10. **Do fiscal de contrato (art. 16, 17, 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023):**
- 15.10.1. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
- 15.10.2. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 15.10.3. Quando couber o objeto, o fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.
- 15.10.4. A função de fiscal de contrato/ATA deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato/ATA quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
- 15.10.4.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato/ATA, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- 15.10.4.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ATA, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 15.10.4.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato/ATA, determinando prazo para a correção;
- 15.10.4.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato/ATA, quando couber o objeto;
- 15.10.4.5. informar ao gestor de contrato/ATA, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 15.10.4.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do

contrato nas datas previstas;

15.10.4.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato/ATA, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras, quando couber o objeto;

15.10.4.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

15.10.4.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, quando couber o objeto;

15.10.4.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

15.10.4.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando couber o objeto;

15.10.4.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

15.10.4.13. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras, quando couber o objeto;

15.10.4.14. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

15.10.4.15. verificar a correta aplicação dos materiais;

15.10.4.16. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos, quando couber o objeto;

15.10.4.17. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

15.10.4.18. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

15.10.4.19. no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores, quando couber o objeto:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA e Registro de Responsabilidade Técnica - RRTs, referentes aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

15.10.4.20. comunicar ao gestor de contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação; e outras atividades compatíveis com a função.

15.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.12. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

f) a satisfação do público usuário.

15.14. O fiscal de contrato/ATA deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais

previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

15.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.17. **Quando couber o objeto**, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

15.17.1. no caso de empresas regidas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT):

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição da República, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em relação aos empregados vinculados ao contrato.

15.17.2. no caso de cooperativas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

15.17.3. no caso de sociedades diversas, tais como as OSCIPs e as Organizações Sociais - OS, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

15.17.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devendo ser observadas, dentre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações de contrato de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

15.17.5. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

15.17.6. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

16.1. Durante a vigência do presente Contrato, os preços contratados permanecerão fixos e irredutíveis, ressalvadas as hipóteses previstas no § 8º do art. 25 e no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência dos fatores ensejadores. Igualmente, admite-se a revisão para adequação aos novos preços praticados no mercado, caso comprovada a redução ou aumento dos custos dos insumos ou dos serviços contratados.

16.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

16.3. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

16.4. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.5. Enquanto estiverem em análise eventuais pedidos de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá manter o regular fornecimento dos bens permanentes de informática e respectivos acessórios, vedada a suspensão da execução contratual, e os pagamentos devidos pela Administração continuarão sendo realizados com base nos valores contratualmente vigentes, até ulterior deliberação.

16.6. **A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "reajuste/revisão", sob pena de "preclusão lógica" do direito.**

16.7. DA REVISÃO

16.7.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

16.7.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

16.7.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.7.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

16.7.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

16.8. DO REAJUSTE

16.8.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

16.8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, aplicando-se o índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

17. ANTICORRUPÇÃO

17.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

17.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

17.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

- a) **E-mail:**
- b) **Telefone:**
- c) **WhatsApp:**
- d) **Endereço:**

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do art. 54, § 1º e art. 94 inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

19.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital Rio Branco/AC.

19.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

19.3. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio Branco-AC, ____ de ____ de 202 ____.

Nayara Maria Pessoa Lessa
Secretária de Estado de Comunicação
Decreto nº 17-P de 1º/1/2023
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL
XXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

EXTRATO DO CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO SEI Nº. _____
PREGÃO ELETRÔNICO SRP _____
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº _____
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
CONTRATADA: _____

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a _____, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, que integrou o Edital de Licitação modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP nº _____, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº. SEI _____.

DO VALOR DO CONTRATO: O valor global do Contrato para a empresa acima citada será de R\$ _____, seu preço é fixo e irrevogável.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS: As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da SECOM, Programa de Trabalho: _____, Elemento de Despesa: [descrever em razão ao art. 126, § 1º do Decreto Estadual 11.363/2023], Fonte de Recursos: _____.

DA VIGÊNCIA: Dar-se-á até o dia _____, a contar da data do contrato.

Data de assinatura: ____ de ____ de _____

Assinam: A Secretária a Senhora **Nayara Maria Pessoa Lessa**, **CONTRATANTE** pela Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM e pela _____ o Senhor _____ pela **CONTRATADA**.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA LEAL DO VALE**, Cargo **Comissionado**, em 28/05/2026, às 08:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021065255** e o código CRC **4B439D04**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 10.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.